Redacção/Administração
Av. António Serpa, 26, 2.º-Esq.
Tel. 772284
Impressão e composição
Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L.
Rua de «O Seculo», 41 a 63 — Lisboa
Distribuição
Distribuidora «O SECULO»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

28 de Junho de 1974
Ano 44 — Série VII — N.º 7
Semanário
Director interino
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial «Avante!»
Preço: 2$50
Angola e Moçambique: 6$00

Grande jornada do povo do Porto

IMPEDIR A DESORGANIZAÇÃO DA VIDA ECONÓMICA QUE GERA DESEMPREGO E ABRE CAMINHO À REACÇÃO

A denúncia vigorosa das manobras do patronato, o desmascaramento do esquerdismo pseudo-revolucionário e o apelo para a coesão unitária de todos os trabalhadores com o fim de evitar a desorganização da vida económica nacional, que acarretaria o desemprego e abriria terreno à reacção, foram alguns dos tópicos bem frisados pelo camarada Álvaro Cunhal no gigantesco comício de sábado passado na capital nortenha.

Mais de 20 mil pessoas participaram no grande comício do PCP, no Porto, numa jornada de entusiasmo popular que mais uma vez pôs em relevo a autoridade do Partido da classe operária, o maior baluarte da resistência antifascista ao longo destes últimos 48 anos de ditadura. A nave do Palácio de Cristal encontrava-se repleta, divisando-se muitos cartazes de apoio ao Partido, dos mais diversos sectores profissionais e das várias zonas do Norte do país.

A camarada Margarida Tengarrinha, da DORN do PCP, convidou para a mesa cerca de quatro dezenas de operários e operárias, militantes das células do Partido das principais empresas nortenhas, membros das organizações do PCP de professores, médicos, engenheiros, agentes técnicos, economistas, advogados, artistas e jornalistas e das organizações partidárias de empregados bancários, de seguros, de escritório, dos TLP, dos CTT, da Previdência e outros.

Foram ainda convidados para a mesa representantes da UEC, do MJT e representantes do Movimento Democrático do Porto e do Partido Socialista Português, bem como os representantes da Organização Regional das Beiras, Minho e Trás-os-Montes, da Comissão Distrital do Porto e das Comissões Concelhias do PCP de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Maia e Póvoa de Varzim e ainda Francisco Miguel, do Comité Central, e os membros da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP. Presidiu ao grande comício o camarada Carlos Costa, membro do Comité Central.

Uma estrondosa ovação acompanhou a chegada do camarada Álvaro Cunhal à mesa do comício e, neste momento, a assistência entoou o Hino Nacional e a Internacional.

No sector reservado à Imprensa, para além de uma vasta representação dos órgãos de Informação portugueses, estiveram a acompanhar o comício camaradas da televisão soviética, da Imprensa da República Democrática Alemã, bem como jornalistas espanhóis.

Foi primeiro orador o representante do Partido Socialista Português, dr. José Luís Nunes, que saudou vibrantemente o PCP, afirmando: «Esperamos que, em bre-

CONT. NA PÁG. 4

Alvaro Cunhal no Porto

«NÃO CABE AOS TRABALHADORES TIRAR AS CASTANHAS DO LUME

PARA QUE AS COMAM OS SEUS PRÓPRIOS EXPLORADORES»

No comício realizado no Palácio de Cristal, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou o importante discurso que a seguir reproduzimos:

Camaradas:

Permiti que comece por saudar em nome do Comité Central, a Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, organizadora deste comício.

Permiti que através da Direcção Regional saúda todas as organizações e militantes do Norte que mostraram no tempo do fascismo e continuam a mostrar nos dias de hoje a sua boa organização, a sua iniciativa e a sua estreita ligação com as massas populares.

Permiti ainda que saúde os convidados a este comício, nossos camaradas de luta, (representantes do Partido Socialista, representantes do Movimento Democrático do Porto e outros) aos quais reafirmo que a política de unidade é uma constante na actividade do Partido Comunista. A todos desejo grandes êxitos no trabalho, e que continuem a dar, como até hoje têm dado, a sua indispensável contribuição à complexa tarefa de liquidar definitivamente o fascismo e de prosseguir a democratização da sociedade portuguesa até à realização de eleições livres.

Camaradas:

Na nova situação em que vivemos desde o 25 de Abril, não só não terminou, como necessita de ser intensificada, a luta pela liberdade, a luta pelo fim da guerra colonial, a luta pelo melhoramento das condições de vida do povo trabalhador.

É necessário lutar para que as liberdades alcançadas não mais se venham a perder.

Temos por um lado que impedir que o uso irresponsável que delas fazem certos aventureiros se não torne o motivo invocado para limitá-las perigosamente.

Temos por outro lado que defendê-las passo a passo.

Se se legalizarem liberdades e direitos, têm necessariamente de ser estatuídos. Pela nossa parte, lutamos para que as próprias liberdades e direitos não sejam comprometidos pelas respectivas regulamentações.

Pelo fim da guerra

É necessário pôr fim à guerra colonial **e, para pôr fim à guerra, é necessário que progridam as negociações com os legítimos representantes dos povos de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola — o PAIGC, a Frelimo e o MPLA — e para que as negociações progridam, é condição base reconhecer de facto, na política concreta diária, nas próprias negociações, o direito dos povos à autodeterminação e à independência.**

Melhorar as condições de vida

Quanto à luta pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores: **É necessário insistir nas justas reivindicações e impedir que o patronato reaccionário (que, sem ir abaixo dos preços de custo, pode perfeitamente pagar o que é pedido pelos trabalhadores) faça depender a satisfação das reivindicações de medidas de protecção que exige do Governo, e, mais ainda, que, para conseguir que o Governo ceda às suas pretenções, pretenda (numa espécie de «Santa Aliança» contra a natureza) o apoio dos próprios trabalhadores.**

Dizem alguns estar pron-

CONT. NA PÁG. 5

LIBERDADE E REGULAMENTAÇÃO

No dia 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas derrubou o governo fascista e iniciou a instauração das liberdades fundamentais, destruindo ou tornando inofensivos os aparelhos e mecanismos que impediam o seu exercício. No mesmo dia 25, as massas populares apareceram na cena política, apoiando as Forças Armadas, avançando reclamações democráticas e começando a intervir, em apoio dos militares e apoiadas pelos militares, para desmantelar certos sectores do aparelho do Estado fascista e pôr em prática sem perda de tempo, não por decretos, mas pela acção, medidas urgentes de democratização da vida política.

A aliança das massas populares com as Forças Armadas soldou-se nesses primeiros dias da revolução e tornar-se-ia um factor determinante na instauração e na defesa das liberdades.

Instauradas as liberdades sem serem precisados os termos do seu exercício, este passou a não ter outros limites que não fossem os que cada qual impunha a si próprio. Pela acção revolucionária do 25 de Abril e pela acção das forças democráticas, o Povo Português passou a usufruir de muito amplas liberdades. Como uma situação de facto, não ainda de direito. Por isso mesmo indefinida e incerta.

A institucionalização das liberdades é inevitável. Só ela pode confirmar a citada situação de facto, afirmando, no plano jurídico, que as liberdades são uma realidade adquirida e definitiva. Essa é a institucionalização que o Povo espera e reclama.

Entretanto, manifestam-se tendências para contrariar uma tal esperança. Tendências para fazer da institucionalização, designadamente dos processos de regulamentação, não a instauração oficial das liberdades democráticas, mas a legalização das suas limitações, não uma consolidação das liberdades alcançadas, mas uma forte restrição dessas mesmas liberdades, susceptível em alguns casos de as comprometer.

A institucionalização tende a confundir-se com regulamentação. Em si a regulamentação nada tem de mal. É o estabelecimento de normas de exercício de liberdades e direitos. O mal é se a regulamentação se torna um instrumento para atingir as próprias liberdades de modo a estreitar os limites dentro dos quais se movem e a fazer perigar o seu exercício.

Ouvem-se vozes dramatizando os «perigos da liberdade», a justificar dispositivos de repressão. O perigo não vem das liberdades, mas do excesso de limitações que eventualmente lhes venham a ser traçadas.

As leis e regulamentações acerca da liberdade de Imprensa, dos direitos de associação, de reunião, de manifestação e sindicais, do direito à greve não devem desiludir as legítimas esperanças do Povo Português.

Alguns factos recentes, designadamente a nomeação da Comissão «ad hoc» e o seu regulamento para controle dos meios de Informação, provocaram inquietação nas forças democráticas e nas massas populares. Ao contrário do que disseram pessoas alarmadas e alarmistas, não foi estabelecida qualquer censura prévia. Os factos mostram que a Imprensa continua a gozar de ampla liberdade. Existe entretanto um mecanismo de intervenção penal, com margem de decisão demasiado ampla e vaga.

A questão acabará por ser resolvida com uma nova Lei de Imprensa, que deverá garantir a liberdade de Imprensa com exclusão de qualquer censura prévia e instituindo um regime de responsabilidade.

Situações semelhantes se podem repetir no que respeita às outras liberdades. Seria muito grave que o reconhecimento de direito das liberdades dos cidadãos se tornasse uma forma de pôr em causa essas mesmas liberdades. A tarefa é instituí-las, torná-las juridicamente parte integrante do novo curso democrático da vida portuguesa.

Depois de submetido quase meio século à tirania fascista, o Povo Português mostrou o elevado grau da sua consciência política e cívica. O que, por vezes, se chama «excessos» são factos menores num processo tão complexo como o actual. Atitudes individuais ou de pequenos grupos acabam por ficar submergidas na grande corrente democrática, consciente, responsável, que abarca as forças democráticas e as mais amplas massas populares.

O Povo Português mostrou e mostra saber fazer uso das liberdades. Mostrou também que as quer, sabe lutar por elas e as saberá defender.

O camarada Georges Marchais falando durante o comício realizado em Paris

GRANDE COMÍCIO DE FRATERNIDADE ENTRE OS POVOS DE FRANÇA E PORTUGAL

—entrevista com José Vitoriano

«Ardente manifestação de fraternidade e solidariedade entre os povos de França e de Portugal» — com este título, à largura de toda a página, «L'Humanité», órgão do PC Francês, definia o que foi o grande comício realizado no passado dia 20, em Paris, promovido pelos nossos camaradas franceses. A grande sala da Mutualité, decorada com dísticos, entre os quais **«O povo unido jamais será vencido»**, estava repleta de público. Presentes, Georges Marchais, secretário-geral do PCF, numerosos membros do Bureau Político e do Comité Central e, como convidado especial, o nosso camarada José Vitoriano, membro do Comité Central do PCP. A propósito desta significativa jornada registamos para o «Avante!» as opiniões de José Vitoriano.

— Como surgiu a ideia do Comício em Paris e que objectivo visava?

— O Comício de Paris foi uma iniciativa do Partido Comunista Francês e foi organizado pelos camaradas franceses.

Os objectivos foram o de saudar a grande vitória do povo português e explicar aos trabalhadores franceses a situação em Portugal após o 25 de Abril, isto é, após o derrubamento da ditadura fas-

CONT. NA PÁG. 2

OS PEQUENOS COMERCIANTES VÍTIMAS DOS MONOPÓLIOS

A existência dos pequenos comerciantes é feita de uma surda e persistente luta contra a ameaça de liquidação, contra os laços que em cada dia os envolvem para os absorverem ou eliminarem. Donde vem o perigo? Quem os ameaça? Quem procura o momento para lançá-los na falência?

A luta que os pequenos e médios comerciantes têm conduzido nos últimos tempos demonstra sem sofismas que eles sabem donde sopra o vento.

Sabem quais são as forças que lenta e inflexivelmente preparam a sua ruína e a estão ditando na prática de cada dia.

Essas forças são os monopólios, são os grandes Bancos, cujo poder tentacular permanece de pé.

Durante o regime fascista, os monopólios criaram a sua rede de predomínio económico, que foi sucessivamente crescendo em todos os sectores da economia nacional.

Os últimos anos viram elevar-se o poder do monopólio no sector comercial. Os supermercados, sob a forma de Pão de Açúcar (bem amargo para os pequenos e médios comerciantes), foram instalando-se nas principais cidades e procedendo à liquidação ou à absorção pura e simples dos seus concorrentes de mais débil poder económico.

O capital estrangeiro instalou-se igualmente no sector comercial do nosso País, procedendo, em comunhão com os seus comparsas portugueses, à impiedosa liquidação dos pequenos e médios comerciantes.

Toda a política fascista foi orientada, desde o seu começo, pela sujeição do pequeno e médio comércio ao poder dos grandes comerciantes, ao domínio dos monopólios.

A organização corporativa serviu optimamente estes desígnios. Os grandes armazenistas viram florescer o seu papel dominante. Cresceu o seu poder tentacular pelo uso da fraude, pelos negócios escuros em que foram mestres, pela asfixia dos pequenos e médios comerciantes, no jogo dos preços e no quantitativo das mercadorias que deviam fornecer-lhes.

Os escândalos da organização corporativa no domínio comercial apareceram ainda nas situações de privilégio que foram criadas aos supermercados e aos grandes comerciantes no que se refere às cargas fiscais, aos horários, às vantagens de importação, ao aumento dos preços e a quantas outras medidas de favoritismo!

A existência dos Grémios consumou um outro aspecto desta actividade ruinosa e dominante. Os Grémios foram um outro instrumento dos grandes comerciantes que deles se serviram para melhor objectivar os seus planos de dominação sobre os pequenos e médios comerciantes.

O Movimento do 25 de Abril vibrou os primeiros golpes na organização corporativa. Destruiu-lhe o seu organismo de cúpula: a Câmara Corporativa. Mas deixou ainda de pé alguns instrumentos do seu poder, como é o caso dos Grémios, Federações e Juntas, cuja existência permite ainda às forças reaccionárias e fascistas manterem posições de privilégio e conduzirem uma actividade organizada contra o novo regime triunfante, pois mantém gente da sua confiança à testa desses organismos.

O Programa do Governo Provisório assinala como ponto importante a «eliminação progressiva do sistema corporativo, que deverá ser substituído por um aparelho administrativo adaptado às novas realidades políticas, económicas e sociais».

A eliminação progressiva do sistema corporativo reclama medidas práticas que possibilitem modificações que não sejam puramente de fachada.

Os Grémios, as Federações e Juntas são organismos corporativos que serviram de instrumento ao poder dos monopólios, dos grandes agrários e do imperialismo estrangeiro.

No domínio comercial, vários dos Grémios existentes procederam a um pseudo-saneamento, como no caso concreto de Lisboa. Destituíram antigas direcções e elegeram os mesmos componentes, com ligeiras excepções, para os postos dirigentes.

Os pequenos e médios comerciantes requerem cada vez mais a existência de organismos que tenham por missão a defesa dos seus interesses.

O documento saído da última reunião do CC do PCP denuncia as manobras da reacção para criar dificuldades económicas e políticas às pequenas e médias empresas.

«A defesa dos interesses das pequenas e médias empresas é parte essencial da defesa da estabilidade económica e social» — afirma o documento da reunião de 17 de Junho do CC do PCP.

Esta linha de orientação do PCP não é de hoje. Ela faz parte da política de alianças da classe operária com os sectores antimonopolistas na luta pela instauração de um regime democrático em Portugal.

«Os pequenos agricultores, os pequenos industriais, os pequenos comerciantes têm nos comunistas — declarou o camarada Álvaro Cunhal no comício do Palácio dos Desportos do Porto — verdadeiros defensores dos seus interesses.»

TRABALHADORES CABO-VERDIANOS ATINGIDOS PELO DESEMPREGO

A presença dos trabalhadores cabo-verdianos tornou-se familiar em vários pontos da cidade de Lisboa. Vieram aos milhares das ilhas da fome, para preencher as lacunas da mão-de-obra mobilizada para a guerra ou que se viu forçada a emigrar, por razões económicas ou políticas.

Preencheram as funções mais modestas, ganhando salários de fome. No quadro da sociedade multirracial, que os fascistas inventaram, os trabalhadores cabo-verdianos foram o pano de fundo dessa hipocrisia revoltante.

Cinquenta mil emigrantes das ilhas flageladas pela inclemência do colonialismo chegaram, em vagas sucessivas, a Portugal.

As grandes empresas mobilizaram muitos desses braços válidos. Em nome da igualdade racial, pagaram-lhes salários mais baixos. Submeteram-nos às condições de trabalho mais aviltantes. A construção civil mobilizou-os em força. Alojaram-se em camaratas do género das que servem de habitação aos trabalhadores portugueses nos bairros da lata dos arredores de Paris ou de... Lisboa.

Ao mesmo tempo que os monopólios introduziam este novo comércio de escravos, iam-se encarregando de fomentar à sua volta o ódio racial nos locais de trabalho e nas ruas.

A classe operária deu-se conta da manobra. Desmontou-a com o seu sentido da realidade, com o seu internacionalismo activo, com a sua consciência de classe.

Assim os trabalhadores portugueses orientaram a sua acção para que os trabalhadores cabo-verdianos desenvolvessem lutas reivindicativas nos locais de trabalho, contra os baixos salários e a exploração.

Hoje, as forças reaccionárias e os monopólios mostraram uma outra face.

Na sua política de pressão económica iniciaram a ofensiva contra os cabo-verdianos. Pressão destinada a criar o caos e a fazer agitar contra a nova equipa governativa os trabalhadores de Cabo Verde.

«Quereis a independência?», perguntam alguns desses seráficos defensores do Portugal multicontinental e multinacional. «Pois regressai à vossa Pátria em busca de trabalho. Aqui não o encontrareis.»

E sob esta ou outras desculpas, os despedimentos sucedem-se, atingem já milhares de trabalhadores, que não sabem que solução dar à sua vida.

Nas minas da Borralha foram despedidos 400 cabo-verdianos. Nas minas da Panasqueira não se sabe o número. Na SATREL o número de despedimentos atinge 150 cabo-verdianos. Na J. Pimenta em Porto Salvo, em Belém, em S. João, na SOPECATE, na EDIFICADORA LUZ ALVES, no Amadeu Gaudêncio, na Fábrica Plastina e em muitas outras empresas os trabalhadores de Cabo Verde são postos na rua sob as mais variadas desculpas. Ainda por cima sem nenhuma das regalias que lhes são concedidas no contrato colectivo de trabalho, sem possibilidades de uma rápida e fácil ocupação em qualquer outro sector da economia nacional.

Em vários ramos da indústria registam-se igualmente despedimentos de trabalhadores portugueses. Vê-se sem dificuldade que o inimigo é o mesmo: monopólios, bancos, grande indústria, imperialistas estrangeiros, grandes proprietários da terra.

O sentido internacionalista da luta dos trabalhadores tem a sua aplicação imediata na presente conjuntura.

A luta contra o desemprego ou contra a sua ameaça figura na ordem do dia dos trabalhadores portugueses e dos trabalhadores de Cabo Verde. Impõem-se medidas sérias para anular rapidamente a vaga de despedimentos que se desenvolve no País.

Encontro Nacional do M. D. M.

Novas perspectivas abrem-se à luta das mulheres portuguesas

Com a presença de delegadas dos distritos de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Santarém, Setúbal e Porto, realizou-se em Lisboa, no dia 23, um importante Encontro Nacional do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas.

O debate, quanto à linha de orientação geral do MDM no momento político actual, revelou a vontade unânime de conjugar esforços para agregar, em torno do Movimento, todas as mulheres interessadas na democratização do País. «O MDM — afirmou a delegada que deu início aos trabalhos —, tem um lugar e um papel perfeitamente definidos no processo de democratização em curso. A acção organizada e coordenada das mulheres é indispensável para assegurar o conteúdo progressista desse processo, para encontrar e dar vida, nas novas condições criadas pelo derrubamento do fascismo, a soluções adequadas para os problemas que as afectam, como cidadãs, trabalhadoras e mães. O MDM abre-se a todas as mulheres que em espírito de unidade queiram participar nesta grande tarefa nacional.»

As delegadas tomaram conhecimento e apreciaram as realizações levadas a cabo por ocasião do Dia Internacional da Criança em Lisboa, Vila Franca de Xira, Santarém, Coimbra, Covilhã e outras localidades; as reuniões em que numerosas mulheres participaram na procura de soluções para os seus problemas específicos e para os que respeitam ao Povo Português em geral; as comissões que com diferentes finalidades se estão formando e a colaboração que nalguns casos elas prestam às autarquias locais livremente eleitas. Algumas destas realizações revelaram já um notável poder de mobilização de outras mulheres e de outros sectores da população, revelaram inúmeros activistas e armaram o Movimento com experiências de grande valor para o prosseguimento da acção organizada das mulheres.

As delegadas insistiram na necessidade de o MDM se preparar rapidamente para generalizar esta acção às largas camadas de mulheres que, no nosso país, não têm ainda consciência dos seus direitos ou da força da acção colectiva para os defender, àquelas que, vibrando embora nos comícios e manifestações políticas, «não sabem aplicar o que ouvem à sua própria realidade, e agir», como foi dito por uma das participantes.

A reunião procedeu a um largo debate com vista a uma melhor e mais eficiente concretização dos objectivos do Movimento e considerou duas grandes tarefas imediatas: uma **intensa campanha de esclarecimento político** entre as mulheres de todas as camadas sociais, destacadamente as mulheres trabalhadoras da cidade e do campo, e uma **intensa actividade de organização** para atrair as mulheres às fileiras do MDM, na base de comissões de mulheres nos locais de trabalho, na freguesia, nas aldeias, vilas ou cidades onde residem. Estas duas tarefas devem desenvolver-se em articulação, e em torno dos problemas mais sentidos das mulheres.

As delegadas acordaram em desenvolver as estruturas locais do MDM, estudando as possibilidades existentes e tomando medidas para as concretizar. Acordaram na necessidade de todas as activistas e comissões considerarem esse um dos seus mais importantes campos de acção. Somente assim o Movimento se alargará e poderá ser, na prática, um movimento que conte com a adesão e o apoio de milhares e milhares de mulheres, interessadas na defesa dos seus direitos e na sua plena integração social.

Foi sublinhado que a situação política e as grandes tarefas nacionais contrariam qualquer espécie de isolamento regionalista, impõem a conjugação de esforços, uma inter-ajuda eficaz, pronta e diversificada. Para corresponder a esta necessidade, o Encontro Nacional tomou outra importante decisão: elegeu a Comissão Coordenadora Nacional, do MDM, com funções de dinamização, informação e coordenação do Movimento à escala nacional.

A reunião foi um significativo passo em frente no desenvolvimento do MDM. Dela saíram importantes resoluções e documentos, que pormenorizam os vários aspectos da orientação aprovada, tarefas imediatas, formas de organização. Os grandes objectivos do MDM, nas condições actuais, estão definidos. Nenhum deles, porém, será alcançado sem a participação empenhada, maciva e organizada das mulheres.

As mulheres são um importante sector na luta pela democratização do nosso país. Elas deram provas de grande combatividade durante o regime fascista. Orientadas e organizadas no quadro do MDM, cumprirão o seu dever de mães, de trabalhadoras e de cidadãs na construção do Portugal livre e democrático que está sendo levada a cabo pelas forças antifascistas com a ampla participação do Povo Português.

CARTAS AO «AVANTE!»

Já não preciso de ler o «Avante!» nos telhados da Carris, como fazia quando ali era operário. Nem preciso de o transportar no tubo selineiro da minha bicicleta, para o ir depor no banco do jardim, cativo com uma pedra do passeio. Já não preciso de enterrar maços do «Avante!», do «Têxtil» e do «Cavador», como enterrei quando trabalhava na construção do cinema e da igreja do Couço, no dia em que a PIDE trouxe daquele lugar sete camaradas de trabalho. Já não sou chamado ao posto da GNR de Coruche, por ser autor de uns versos alusivos a Abel Salazar, e que um camarada cantou no cine desmontável. Já não tenho de abalar das obras sem deixar rasto, por, como encarregado, me recusar a explorar desumanamente os meus subordinados. Já não tenho de falar em segredo de coisas políticas. Já não sou agredido pelos polícias nas manifestações do 5 de Outubro. Já posso ler o «Avante!» no meu tugúrio. Já todos o podemos ler onde quer que seja! Viva a República Democrática!

Assim nos fala um amigo agora residente na Amadora, numa carta repassada de sinceridade e de entusiasmo, escolhida ao acaso entre as dezenas de teor semelhante que continuamos a receber na nossa redacção. Com efeito, simpatizantes e amigos do Partido, portugueses de Norte a Sul do País, nomeadamente da classe operária, não cessam de nos manifestar a sua solidariedade e o seu regozijo pela publicação legal do «Avante!». Torna-se impossível divulgar todas as cartas que nos chegam, mas, sempre que possível, inseriremos no nosso jornal esta secção.

Uma outra missiva muito significativa vem-nos de Couto de Cucujães, é assinada por um operário e nela se diz:

Meu pai, ainda vivo, com 84 anos, e eu, embora não como militantes, mas sim como simpatizantes da vossa justa linha partidária, durante anos e anos distribuímos o «Avante!» ilegal, e, por felicidade, nunca caímos nas garras assassinas da PIDE. Eu agora leio o querido «Avante!» em liberdade ao meu querido pai que, apesar da sua idade avançada e de estar quase cego, é de uma coerência inabalável. Ambos aprovamos sem restrições a vossa actuação política, para a democratização do Povo Português.

Por vezes, surgem-nos provas de simpatia e adesão das mais inesperadas. Há dias, entraram-nos pela casa dentro duas irmãs, uma de 11 e outra de 13 anos. Objectivo da visita: entregar ao Partido 22$50, dinheiro contido nos seus mealheiros, que propositadamente partiram para nos ajudar.

E reparem nesta carta, datada de Lisboa:

Fui um dos que aderi logo nos primeiros minutos ao Movimento das Forças Armadas. Senti uma grande alegria quando vi que o MFA ia libertar o País do governo fascista. Senti uma enorme alegria quando vi que ia ser dissolvida a PIDE/DGS, a polícia política que tanto martirizou grandes homens. Senti grande orgulho quando li nos jornais que os Partidos Comunista e Socialista, e outros, iam sair da clandestinidade. Sinto agora também muito orgulho quando leio o «Avante!» antes de ir para a escola. Apesar de ter só 12 anos, li muitas vezes o «Avante!» na clandestinidade. Viva o PCP! Viva a unidade estudantil! Viva a unidade trabalhadora!

Também do estrangeiro, de portugueses obrigados por razões económicas ou políticas a abandonar o País, nos chegam testemunhos sensibilizadores. Um casal residente em Iserbolm, na Alemanha Federal, escreve-nos:

Já acabou a noite escura e agora o sol da liberdade ilumina o nosso querido Portugal, mas, caso curioso, como estivemos muito tempo nas trevas ainda nos custa habituarmo-nos a tão brilhante luz. Eu e minha mulher queremos exprimir o nosso agradecimento por tudo o que fizeram, com sacrifício da própria vida, para que este dia chegasse. Agora, que já foi publicado o primeiro número do nosso jornal, sem o medo do fascismo, desejamos os maiores êxitos e felicidades, longa vida e muita saúde para todos os que trabalham nele. Viva o «Avante!». Viva o PCP!

O COMÍCIO DE PARIS

CONT. DA PÁG. 1

cista que durante 48 anos oprimiu o nosso povo.

— Foi grande a participação de emigrantes portugueses?

— A maior sala da Mutualité, que foi aquela em que se realizou o comício, estava completamente cheia. Nos extremos da sala havia muita gente de pé por falta de lugares sentados, o que mostra a grande afluência. Estariam cerca de 4000 pessoas.

A participação de emigrantes portugueses foi realmente grande. Não posso calcular o número de portugueses que ali se encontravam, mas sei que estavam muitos. Isso via-se claramente quando (e isto aconteceu várias vezes) com toda a sala em pé se gritava entusiasticamente **um povo unido jamais será vencido.**

O nosso partido também foi vibrantemente aclamado por várias vezes quando toda a assistência em pé gritava **PCP, PCP.** Igualmente o nome do nosso camarada Álvaro Cunhal, para quem foi aprovada uma mensagem de saudação, foi alvo de uma estrondosa e prolongada salva de palmas. O ambiente que se viveu durante o comício foi realmente um ambiente de entusiasmo pela grande vitória do povo português contra o fascismo e um ambiente de fraternidade e de solidariedade entre o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Português, entre os trabalhadores franceses e os trabalhadores portugueses.

— O Partido colocou como tarefa ganharmos os trabalhadores emigrados para a causa do País, da Democracia e do Socialismo. Achas que este comício se inscreve dentro desta perspectiva?

— Como já disse, o comício foi organizado pelos nossos camaradas franceses. Foi presidido pelo camarada George Marchais e teve a presença de muitos outros dirigentes e militantes do Partido assim como de numerosos trabalhadores franceses. Com esta iniciativa os camaradas franceses quiseram dar-nos mais uma prova da sua solidariedade para com a luta do nosso povo pela democracia.

É evidente que iniciativas como esta servem os objectivos que referes, são uma valiosa contribuição para ganharmos a massa dos trabalhadores emigrados em França para as grandes tarefas que se põem hoje ao nosso povo, como sejam a da construção da paz com o fim da guerra colonial e, ainda, num futuro mais longínquo, o da construção do socialismo. É fora de dúvida que a grande maioria dos trabalhadores portugueses que foram forçados a procurar no estrangeiro o pão que aqui lhes era negado deseja, ardentemente, participar na construção de um Portugal novo.

— Durante a ditadura fascista a solidariedade internacional desempenhou um grande papel no isolamento internacional do fascismo. Como encaras, na situação de hoje, o papel da solidariedade internacional?

— Penso que nas novas condições a solidariedade internacional continua a ser necessária e pode desempenhar um papel muito importante na consolidação da nova situação política e no desenvolvimento do processo democrático em curso.

A reacção fascista procura e continuará a procurar, por todas as formas, recuperar as posições que perdeu ao ser desalojada do Poder. Para isso, ela desenvolve uma intensa acção interna e externa, tentando minar internamente o novo poder político e procurando um activo apoio do imperialismo internacional para as suas manobras.

Um justo conhecimento por parte dos trabalhadores e dos povos dos outros países da actual situação em Portugal, dos perigos que a ameaçam e das perspectivas favoráveis à sua consolidação e desenvolvimento, o ganhar o apoio e a solidariedade internacional para a luta do povo português nesta grandiosa tarefa de construir um Portugal democrático depois de quase 50 anos de fascismo é, na verdade, muito importante.

Para além das formas directas da ajuda à luta do povo português na actual fase que essa solidariedade pode revestir, ela pode, igualmente, por uma acção de esclarecimento, minar certas bases de apoio que a reacção procura obter através de campanhas demagógicas e caluniosas.

Continua, pois, a ser útil e necessária toda a solidariedade à luta do povo português, na qual se insere o recente comício de Paris.

Centros de trabalho do PCP

Encontram-se já em funcionamento os seguintes:

ALCORREGO — AVIS

ALHOS VEDROS
Rua Dinis Ataíde, 49

ALJUSTREL
Rua General Trindade, 50

ALMADA
Avenida Rainha D. Leonor, 4 r/c, dt.º

ALPIARÇA
Rua Silvestre Bernardo Lima, 168

BAIXA DA BANHEIRA
Rua 5, 33-A — Telef. 20 46 81

BALEIZÃO
Junto ao Largo Catarina Eufémia

BARREIRO
Rua Dr. Eusébio Leão — Telef. 2 07 33 02

BEJA
Rua Ancha, 21 — Telef. 2 46 84

CALDAS DA RAINHA
Avenida da Independência Nacional, 23, r/c.

CASTRO VERDE
Rua João de Deus

COIMBRA
Rua da Sofia, 73, 1.º, esq.º

COUÇO
Estrada Nacional

COVILHÃ
Praça do Município, 84, 3.º

ÉVORA
Praça Luís de Camões, 12, 1.º

FARO
Largo do Mercado, 25, 5.º

GRÂNDOLA
Rua Mouzinho da Silveira, 17

GRIJÓ
Travessa da Guarda — Corveiro (Grijó)

LEIRIA
Rua Machado dos Santos, 25, 1.º — Telef. 24610

LISBOA
Avenida António Serpa, 26, 2.º, esq.º — Telef. 77 22 84

MARINHA GRANDE
Rua Manuel Pereira Roldão, 12

MATOSINHOS
Rua do Conde Alto Mearim, 218

MOITA
Rua Dr. Silva Evaristo, 49-51

MONTEMOR-O-NOVO
Rua 5 de Outubro, 41, r/c, dt.º

ODIVELAS
Rua Guilherme Gomes Fernandes, 16, 2.º, esq.º

OLHÃO
Rua do Caique, 21

PAIO PIRES
Largo de Paio Peres, 12, 1.º, F

PARAMOS
Lugar do Barril — Paramos (Espinho)

PIAS
Na Antiga Rua da Estação

PORTIMÃO
Travessa do Capote (antigo Pato Bravo)

PORTO
Rua Anibal Cunha, 94 — Telef. 3 55 67

SALVATERRA DE MAGOS
Rua Luís de Camões, 16-18

SETUBAL
Av. Dr. Manuel de Arriaga, 8, r/c — Telef 0 42 22 73

TORRES NOVAS
Rua 1.º de Dezembro, 24, 2.º

TORRES VEDRAS
Avenida 5 de Outubro, 2.º esq.º

VENDAS NOVAS
Rua Arneiros, 8

VILA FRANCA DE XIRA
Rua Serpa Pinto, 79, 1.º

O PROBLEMA LEITEIRO DO OESTE

Os organismos económicos criados pelo fascismo mantêm-se e continuam a explorar e a sufocar os pequenos e médios produtores em benefício dos grandes.

Não foge à regra a cooperativa leiteira do Oeste-Estremadura, constituída há cerca de 9 anos e na qual foram obrigados a ingressar todos os produtores de leite dos concelhos de Peniche, Óbidos, Bombarral, Caldas da Rainha, Alcobaça e Cadaval.

Com a cumplicidade de funcionários «afilhados» dos grandes produtores, a cooperativa não tem sido mais que um instrumento de exploração dos pequenos e médios produtores por parte dos grandes e da UCAL, na qual a cooperativa está integrada.

O roubo faz-se principalmente através da classificação da qualidade do leite entregue à cooperativa. Leite da classe A é muitas vezes pago como sendo da classe B ou mesmo C, não tendo os pequenos produtores meio de apelar contra a classificação decidida pelos patrões da cooperativa. Os funcionários manipulam como bem entendem a aparelhagem de medição do teor de gordura do leite, e nesse campo verificam-se as maiores arbitrariedades e os maiores escândalos.

Como resultado desta exploração, os pequenos produtores arrastam uma vida dificílima, muitos caíram na falência e a produção de leite tem diminuído.

Mas as vítimas da actual direcção da cooperativa já compreenderam que, unidos, podem modificar a situação, podem transformar a cooperativa de instrumento de exploração ao serviço dos grandes produtores num organismo que defenda efectivamente os seus interesses.

Assim, os produtores da Serra d'El-Rei têm feito várias reuniões para estudar a situação e convocaram um encontro dos interessados de todos os concelhos com o fim de substituir os órgãos directivos e o pessoal técnico cúmplice das roubalheiras, o qual teve lugar nas Caldas da Rainha em 22 de Junho com a presença de cerca de 150 produtores. Aí foram discutidas as medidas a tomar para transformar a cooperativa num órgão que beneficie os seus associados. Foi criada uma comissão provisória constituída por um delegado de cada povoação leiteira para pôr em prática as seguintes decisões unânimes da assembleia:

— Substituição da actual gerência por outra da confiança dos produtores;

— afastamento dos representantes do antigo governo fascista, aliados dos grandes produtores;

— estudo das medidas práticas para assegurar uma correcta classificação da qualidade do leite.

No dia 6 de Julho, às 21,30 h., haverá nova reunião dos produtores nas Caldas da Rainha, no Círculo Cénico Caldense, para apreciar e votar as medidas a propor pela referida comissão de trabalho.

Delegação do Conselho Mundial da Paz visita o nosso país

A convite da Comissão Portuguesa para a Paz e a Cooperação, desloca-se ao nosso País uma delegação do Conselho Mundial da Paz, da qual fazem parte o conhecido escritor soviético Constantino Simonov e o rev. cónego Goor.

A delegação chega amanhã a Lisboa, permanecendo entre nós até ao dia 2 de Julho. Após uma conferência de Imprensa no aeroporto, os visitantes seguirão para o Porto, onde, à noite, se realizará uma sessão pública.

No programa da visita está incluída a inauguração, na CDE de Lisboa, de uma exposição de fotografias, filmes e obras oferecidas por artistas plásticos portugueses. Realizar-se-á também um comício no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

A delegação será recebida pelo Presidente da República, membros do Governo e dirigentes dos principais partidos, e o rev. cónego Goor avistar-se-á com o Cardeal Patriarca.

No próximo número do «Avante!» faremos referência mais detalhada a este importante acontecimento.

Os 25 anos do C. A. M. E.

AVANÇO VITORIOSO DO SOCIALISMO

As realizações económicas dos Estados socialistas são objecto de permanente atenção e estudo no mundo inteiro. Pelos seus índices económicos, a maioria dos países socialistas europeus ocupa um lugar de destaque entre os países industriais do mundo. No seu conjunto, a comunidade socialista ultrapassa, e em muito, a produção industrial da comunidade económica europeia, assim como a dos Estados Unidos.

Crescimento rápido e permanente

Nos países do C. A. M. E. (Conselho de Ajuda Mútua Económica), os ritmos de crescimento da produção são rápidos e permanentes, as crises não existem, o bem-estar dos trabalhadores não cessa de aumentar e o nível de desenvolvimento económico tende a igualizar-se gradualmente.

Ocupando 26 por cento do território e com 33 por cento da população da Terra, os países socialistas contribuíram, em 1972, com 39 por cento da produção industrial mundial. Por outras palavras, a produção média por habitante nos países socialistas é superior à do resto do mundo. Aos países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica cabe um terço da produção industrial mundial, cerca de um quinto da energia eléctrica, a quarta parte da produção de cimento, mais de um quarto do aço produzido em todo o mundo e um terço dos adubos minerais. Em 1973, a renda nacional dos países do C. A. M. E. ultrapassou em 470 por cento o nível de 1950, enquanto nos países capitalistas desenvolvidos não passou dos 180 por cento nesse mesmo período. Somente em três anos (1971-1973), a renda nacional aumentou 25 por cento na Bulgária, 19 por cento na Hungria e na União Soviética, 17 por cento na República Democrática Alemã, Mongólia e Checoslováquia, 30 por cento na Polónia e 38 por cento na Roménia.

A linguagem dos números

E, como todo o poderio económico dos países da comunidade socialista está orientado para o bem do homem, eis alguns dados bem significativos: em 1973 aumentaram consideravelmente os salários em quase todos os países socialistas doC. A. M. E., aumentou o salário mínimo na Bulgária, na Roménia e na União Soviética; aumentaram os pagamentos aos reformados na Bulgária, Roménia, Checoslováquia e União Soviética; aumentaram as bolsas de estudos dos estudantes da Polónia; na Roménia, condições mais favoráveis de descanso e tratamento em sanatórios foram oferecidas aos membros das cooperativas agrícolas na União Soviética aumentou o subsídio de maternidade e na Roménia e Checoslováquia o subsídio familiar. Somente em 1973 foram construídos 3 milhões de habitações nos países socialistas membros do C. A. M. E.

As realizações do C. A. M. E. não se limitam, porém, apenas ao crescimento do potencial económico de cada um dos países membros. Com efeito, em 25 anos de actividade, esta organização adquiriu uma experiência única de cooperação entre vários países, uma experiência de combinação harmoniosa dos seus objectivos nacionais com os seus compromissos internacionais. Trata-se da formação e do desenvolvimento de relações económicas internacionais novas, solidamente baseadas nos princípios do internacionalismo socialista, da ajuda mútua num espírito de camaradagem, do interesse comum no desenvolvimento de cada país e de toda a comunidade socialista.

Novo tipo de relações

Fortes da sua estreita cooperação, os países socialistas souberam, em grande medida, proteger-se da influência das crises da economia capitalista, evitar as repercussões negativas das variações da conjuntura do mercado mundial sobre o seu desenvolvimento económico. Mais ainda, sempre que está em jogo a solução de problemas complexos, e estes surgem inevitavelmente no proceso de edificação da nova sociedade, qualquer dos países socialistas sabe que conta com o potencial comum dos países do C. A. M. E. e sabe que pode utilizar todas as vantagens da divisão internacionalista do trabalho.

O novo tipo de relações económicas, reflectido em toda a actividade do C. A. M. E., revolucionou a evolução das relações económicas internacionais. Uma nova prática, a cooperação igual e mutuamente vantajosa, surgiu em oposição às tradições e às leis do mercado capitalista, onde os riscos não cessam de enriquecer e os pobres de empobrecer. Esta acção manifesta-se mais plenamente ainda nas condições actuais com o recuo sensível da política de discriminação praticada pelos países capitalistas nas suas relações com os países socialistas.

Vias eficazes e seguras

O Conselho de Ajuda Mútua Económica adquiriu um grande prestígio internacional. Criado como organização regional dos países socialistas europeus, tornou-se, após a adesão da República Popular da Mongólia, em Junho de 1962, e da República Socialista de Cuba, em 1972, numa organização dos países socialistas dos três continentes: Europa, Ásia e América. O seu carácter aberto, a sua posição orientada para a contribuição do desenvolvimento livre e fecundo das relações económicas internacionais, a sua aspiração à cooperação igual com os Estados de regimes sociais diferentes reforçam o interesse de numerosos países do mundo no estabelecimento de contactos com o C. A. M. E. Este interesse manifesta-se tanto nos países capitalistas como nos países em desenvolvimento que procuram vias eficazes e seguras para atingirem uma verdadeira independência económica.

Cooperação fecunda e alargada

O C. A. M. E. assinala o seu 25.º aniversário precisamente no momento em que estão em marcha importantes trabalhos enquadrados no Programa complexo de integração económica socialista elaborado para os próximos 15-20 anos. Esse Programa aumentará consideravelmente o poderio económico dos países membros, reforçará ainda mais os laços sólidos que os unem e elevará a níveis mais superiores ainda o bem-estar dos respectivos povos.

Ao aplicar medidas de integração a uma vasta escala, ao aperfeiçoar e desenvolver a divisão internacional socialista do trabalho, os países socialistas não se isolam, porém, das relações económicas mundiais. A política externa dos países socialistas, tendente a desenvolver o clima de distensão a fim de lhe conferir um carácter irreversível, cria todas as condições favoráveis para uma cooperação económica fecunda entre os países com sistemas sociais diferentes.

Cuba: mais de cem mil bolsas de estudo para os estudantes

A pedra angular da nova escola cubana é o amplo sistema de bolsas de estudo que o Governo Revolucionário estabeleceu e que acaba de receber um novo e importante impulso. Cerca de 100 mil estudantes terão à sua disposição novas bolsas para o ano lectivo 1974-75, que se inicia no próximo mês de Setembro.

Estas 100 mil novas bolsas vêm juntar-se às centenas de milhar já existentes e que constituem uma das mais importantes conquistas da revolução cubana no campo da educação.

No momento actual, a construção de escolas em Cuba não tem paralelo em nenhum lugar do mundo.

Checoslováquia: o trabalho voluntário da juventude

Está avaliado em mais de 7 milhões e meio de coroas o trabalho de embelezamento e conservação das aldeias, vilas e cidades da Checoslováquia, realizado graças ao trabalho voluntário dos cidadãos, particularmente dos jovens.

O trabalho voluntário da juventude constituiu um dos elementos fundamentais que foi tomado em conta nos programas eleitorais apresentados durante as últimas eleições para os órgãos do Poder. Somente durante o ano passado e graças ao trabalho voluntário dos jovens, foram montadas cerca de 500 condutas de água, construídos 900 abrigos nas paragens dos autocarros, cerca de 400 jardins de infância e parques desportivos, mais de 1700 quilómetros de estrada e 1300 quilómetros de canalizações.

Tendo concluído com êxito o programa fixado, a população das aldeias e das cidades da Checoslováquia, por iniciativa dos «comités» locais da Frente Nacional, assumiu novos compromissos para os próximos anos.

Cientistas soviéticos à conquista da Antárctida

A localização do ponto de mais baixa temperatura na Antárctida — 88,3 graus centígrados abaixo de zero —, assim como a descoberta do pólo geomagnético do continente gelado, são alguns dos êxitos alcançados pelos cientistas soviéticos em 20 anos de arriscadas expedições no pólo Sul. Graças ao seu trabalho consequente, arriscado, entusiasta, aquela zona do mundo, até à pouco quase completamente desconhecida, revela-se ante a Humanidade com os seus infindáveis tesouros. Enormes jazigos minerais, quantidades incalculáveis de carvão, petróleo, gás, titânio, cromo, cobre, níquel, metais radioactivos, etc., assim como importantes recursos biológcos rasgam novas perspectivas à economia mundial. Os exploradores soviéticos, que em menos de 20 anos acumularam uma apreciável experiência, enviaram, em princípios deste ano, a sua décima nona expedição à Antárctida, prosseguindo na descoberta dos seculares segredos do lendário sexto continente.

Cuba: o país onde se constroem mais escolas

Pela décima nona vez, os exploradores soviéticos enviaram à Antáctida uma expedição

QUEM PODE VOTAR NA UNIÃO SOVIÉTICA?

Esta pergunta é-nos dirigida por um leitor do «Avante!» que deseja informar-se acerca dos princípios democráticos do sistema eleitoral soviético. Respondendo ao nosso leitor, informamo-lo do seguinte:

Na URSS vota todo e qualquer cidadão que tenha atingido os 18 anos, independentemente da raça, da nacionalidade, do sexo, da religião ou da condição social. Todo e qualquer cidadão da União Soviética, homem ou mulher, que tenha atingido os 23 anos, pode ser eleito deputado ao Soviete Supremo (o Parlamento soviético) e deputado aos sovietes, (órgãos locais do Poder), locais logo que tenha completado os 18 anos.

As mulheres, tal como os homens, têm o direito de eleger e ser eleitas. De acordo com a Constituição, os militares podem também votar e ser eleitos para os sovietes tal como os outros cidadãos.

O Soviete Supremo — a mais alta instância do Poder na União Soviética — é eleito democraticamente. Na sua grande maioria os candidatos não são políticos de carreira. São operários e camponeses, empregados, cientistas, médicos, engenheiros, professores, escritores, artistas, isto é, pessoas ligadas às massas trabalhadoras que eles são chamados a representar no Parlamento.

Todas as despesas decorrentes das campanhas eleitorais são cobertas pelo Estado. Deste modo os candidatos não dependem de ninguém nem de qualquer grupo privado, o que explica a ausência de corrupção durante as campanhas eleitorais, quer se trate das eleições para os sovietes locais quer para os Sovietes Supremos das 15 repúblicas federadas e das 20 repúblicas autónomas.

Os eleitores soviéticos tomam parte activa em todas as eleições. Por exemplo, nas eleições para os sovietes locais, que se realizaram o ano passado em toda a União Soviética, registou-se uma participação de 99,96 por cento do eleitorado.

Na União Soviética são as organizações sociais, as associações de trabalhadores, o Partido Comunista, os sindicatos, as cooperativas agrícolas, etc., que apresentam as candidaturas. Estas são obrigatoriamente submetidas à aprovação das assembleias gerais dos trabalhadores.

Muitas vezes pergunta-se também por que razão o boletim de voto contém apenas o nome de um candidato por cada circunscrição. A razão é simples. Depois que o socialismo triunfou na URSS não existem na sociedade soviética grupos sociais ou políticos concorrentes com interesses opostos. Segundo a tradição que se afirmou, o bloco popular dos comunistas e dos sem-partido que agrupa todos os trabalhadores, apresenta um único candidato. Isto não quer dizer, evidentemente, que o candidato é obrigatoriamente eleito. A votação é que decide. Nas eleições para os sovietes locais, em 1973, por exemplo, 80 candidatos não foram eleitos. De acordo com a lei eleitoral soviética foram então apresentadas novas candidaturas nas circunscrições em que isso sucedeu e foram organizadas novas eleições. Tanto para os sovietes locais como para os Sovietes Supremos das Repúblicas o escrutínio é directo e secreto. O dia das eleições é dia feriado na URSS e numerosas secções de voto funcionam, em cada bairro, das 6 às 22 horas para permitir uma participação ampla do povo nas eleições.

Acrescentemos ainda para informação do nosso leitor que os deputados soviéticos não recebem qualquer remuneração pelo facto de serem deputados. Como todos os demais trabalhadores soviéticos o deputado vive do salário que ganha na sua profissão, dispondo apenas de uma verba, (concedida pelo Estado), para despesas de correspondência oficial ou com os seus eleitores, para chamadas telefónicas relacionadas com a sua actividade de deputado e para as deslocações que é obrigado a fazer.

O Estatuto dos deputados aos sovietes, que tem força de lei, define os direitos e os deveres dos deputados para com os seus eleitores. O Estatuto prevê contactos diários permanentes, dos deputados com os eleitores: audiências para a apresentação de propostas e sugestões, declarações, queixas; resposta a cartas; prestação regular de contas sobre o trabalho do Soviete, sobre a realização dos seus planos e do programa eleitoral, sobre a satisfação das reivindicações dos eleitores. O Estatuto exige de cada deputado uma participação activa nos trabalhos do Soviete — sessões e sua preparação, actividades nas comissões, etc. Durante as sessões do soviete o deputado recebe o seu salário e a administração da empresa onde ele trabalha não o pode despedir ou transferir sem o acordo do Soviete.

FRELIMO: 12 ANOS DE LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

«Tal como o povo português tem direito à independência e à democracia, não se pode negar esse mesmo direito ao povo moçambicano.»

(Comunicado de 9/6/74 da FRELIMO)

Quando, a 25 de Junho de 1962, foi constituída a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o povo moçambicano entrava numa nova fase da sua luta pela independência. Foi por lhe ser negado esse direito que o povo moçambicano iniciou a acção armada. Foi conduzindo a luta pela independência que a FRELIMO se afirmou como a grande força política dirigente do povo moçambicano. E seria ilusório pensar que é possível pôr fim à guerra, encontrar uma solução política do problema colonial sem o reconhecimento efectivo do direito dos povos à autodeterminação e independência. A FRELIMO reafirmou-o, com clareza, comemorando esta semana o aniversário da sua fundação.

Na luta comum contra o fascismo e o colonialismo, forjaram-se fortes laços de solidariedade entre o povo português e o povo moçambicano. Esses laços podem agora reforçar-se e alargar-se ainda mais, na nova situação criada com o derrubamento da ditadura, com a vitória da democracia em Portugal.

O início das conversações do Governo Provisório com a FRELIMO foi já um passo importante para se traduzir, na prática, o ponto do Programa do Movimento das Forças Armadas que preconiza o estabelecimento da paz, a solução política do problema colonial. Consideramos que poderá caminhar-se com segurança nesse sentido, se novos passos forem dados de acordo com o princípio do direito à autodeterminação, reconhecido no Programa do Governo Provisório.

A experiência tem demonstrado a estreita ligação entre a luta do povo português pela democracia e a luta do povo de Moçambique, tal como os povos das outras colónias portuguesas, pela sua independência. Essa ligação mantém-se. Com a conquista da liberdade para si, o povo português criou condições mais favoráveis para que os povos das colónias portuguesas conquistem também os seus direitos. Ao mesmo tempo, a instauração em Portugal de um regime democrático estável é indissociável do fim da guerra e da solução do problema colonial na base do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência.

Os comunistas portugueses, que não hesitaram nunca em defrontar a repressão fascista para defender os legítimos direitos dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, continuarão agora a fazê-lo, certos de que, procedendo assim, não agem apenas segundo os seus princípios internacionalistas, mas cumprem também o seu dever de patriotas.

SOLIDARIEDADE EUROPEIA COM O POVO CHILENO

Nos próximos dias 6 e 7 de Julho vai realizar-se em Paris uma importante conferência europeia de solidariedade com o povo do Chile, submetido desde o golpe militar que derrubou o governo de Unidade Popular a uma feroz ditadura fascista, das mais tenebrosas que a América Latina tem conhecido.

Num apelo recentemente divulgado, e que é subscrito por mais de uma vintena de partidos, entre os quais o PCF e o PS, e outras organizações sindicais e de jovens de França, afirma-se, em determinado passo:

«Desde há perto de dez meses que o povo do Chile vive no arbítrio, no terror e na miséria. Desde há perto de dez meses que não obstante o protesto da opinião mundial, a junta prossegue e agrava a sua implacável repressão. Para lhe pôr termo, é preciso que se exprima ainda mais fortemente a solidariedade de todos.

Apelamos portanto para todas as forças do progresso, da justiça e da liberdade da Europa — para além das suas diferenças de opiniões e de crenças — no sentido de que se realize em Paris, em 6 e 7 de Julho de 1974, uma conferência paneuropeia, no decorrer da qual elas exigirão, no imediato:

— que cesse «o estado de guerra interna» no Chile;

— que cessem as prisões arbitrárias, as torturas, os julgamentos sumários;

— que os presos políticos sejam libertados das cadeias, dos campos de internamento e das ilhas de deportação;

— que no Chile sejam respeitados a dignidade, os direitos do homem e as elementares liberdades cívicas, democráticas e sindicais.

Desde a primeira hora que o Partido Comunista Português manifestou o seu total e firme repúdio pela «nova ordem» imposta no Chile pelo fascismo. Já, nas páginas do «Avante!» legal por mais de uma vez exprimimos o nosso veemente protesto e completa condenação do actual regime naquele país. O Partido Comunista Português solidariza-se inteiramente com os objectivos que presidem à realização da anunciada conferência, e faz votos sinceros para que dela resulte uma sensível alteração na trágica situação em que se encontra o povo chileno

GRANDE JORNADA NO PORTO

RECEPÇÃO APOTEÓTICA

Estrondosa ovação de dezenas de milhares de pessoas, clamando em uníssono PCP, sublinharam a entrada de Álvaro Cunhal na rampa da Câmara Municipal do Porto, instantes depois das 18.30 horas de sábado passado. A cidade recebeu, assim, apoteótica e calorosamente o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, na sua primeira deslocação ao Porto após o 25 de Abril.

Mas já muito tempo antes da hora prevista para a chegada a enorme multidão, constituída na sua esmagadora maioria por operários e trabalhadores da cintura industrial portuense, jovens trabalhadores e estudantes, ostentando cartazes de saudação e bandeiras rubras do PCP, ocupava toda a Praça do Município e o topo norte dos jardins da Avenida dos Aliados.

Na rampa da Câmara, aguardando a chegada de Álvaro Cunhal, encontravam-se o prof. Ruy Luís Gomes, reitor da Universidade do Porto, grande português e patriota que durante a sua vida teve uma clara posição de democrata e de antifascista, o dr. Óscar Lopes, director da Faculdade de Letras, dr. Armando de Castro, director da Faculdade de Economia, Virgínia Moura, a viúva e o pai do camarada Guilherme de Carvalho, dr. Arnaldo Mesquita e muitos outros antifascistas que sempre lutaram lado a lado com os comunistas, Carlos Costa, membro do Comité Central do PCP, e todos os elementos da DORN, do PCP, destacados militantes do PCP e jornalistas portugueses e estrangeiros.

José Bernardino saudou, em nome da DORN, o camarada Álvaro Cunhal. Salientou não ter sido esta a primeira vez que Álvaro Cunhal se deslocava ao Porto, pois, durante os longos anos que viveu na clandestinidade, o secretário-geral do PCP também no Porto trabalhou e cumpriu tarefas de que havia sido incumbido pelo Partido. Acentuou que o povo do Porto soube lutar contra o fascismo e, desde sempre, esteve com o Partido Comunista Português e com as forças democráticas, aludindo, a terminar, à recente acção do povo portuense para anular a manobra provocatória que as forças da contra-revolução tentaram levar a cabo no passado dia 10 de Junho.

A saudação de boas-vindas em nome do povo do Porto foi feita pelo prof. Ruy Luís Gomes, que principiou por dizer que voltava àquela Praça, desta vez para saudar Álvaro Cunhal e nele todos aqueles que souberam lutar contra o fascismo. De Álvaro Cunhal referiu o passado de militante, de cidadão e de português, considerando-o a figura maior da resistência portuguesa. Depois, o actual reitor da Universidade do Porto aludiu à urgência de terminar a guerra colonial, referindo, a propósito, que Portugal só poderá ser independente se reconhecer a independência dos povos da Guiné, Angola e Moçambique. Terminou, recordando todos aqueles que se notabilizaram na resistência portuguesa, sacrificando a sua vida para que aquele momento fosse possível, citando, muito particularmente, o camarada Soeiro Pereira Gomes.

O camarada Álvaro Cunhal falou a seguir, sendo frequentemente interrompido pela multidão que sublinhava as suas palavras com vivas ao Partido Comunista e gritos de «A vitória é difícil, mas é nossa!» e de «Abaixo a reacção!»

Discurso do secretário-geral do PCP

Transcrevemos a seguir o texto integral do referido discurso do camarada Cunhal.

Povo do Porto! Povo do Norte! Amigos! Camaradas!

Nos momentos mais difíceis vividos sob a tirania fascista, o povo do Porto deu elevadas provas da sua fidelidade aos ideais democráticos, da sua combatividade, da sua inabalável confiança no futuro.

Após o 25 de Abril, a sua destacada participação na liquidação do fascismo e na democratização da vida nacional mostrou que os portuenses continuam nas primeiras linhas da batalha pela democracia.

É por isso uma grande honra para mim poder aqui, nesta gloriosa cidade, transmitir ao povo do Porto (e também a todo o povo do Norte) as saudações calorosas do Comité Central do Partido Comunista Português.

Permiti que interprete o acolhimento que me fazeis, e as palavras fraternais do grande português, patriota e democrata prof. Ruy Luís Gomes como uma afirmação de confiança no Partido Comunista, como uma afirmação de que o povo do Porto, o povo do Norte continua e continuará decidido, firme, unido, lutando pela consolidação da liberdade.

Podeis estar absolutamente certos de que, tal como ontem na clandestinidade defrontaram os perigos, a repressão, a prisão, a tortura e a morte — hoje também militantes do Partido Comunista não poupam esforços, não temem dificuldades e estão prontos a todos os sacrifícios para cumprir o que consideram o seu supremo dever: servir o nosso povo e o nosso país.

O 25 de Abril trouxe ao povo português, depois de 48 anos de fascismo, o objectivo mais ardentemente ansiado: a liberdade.

É necessário continuar a lutar para que a liberdade se não perca, para que se consolide, para que medidas de regulamentação não acabem por abafar as liberdades, para cortar o passo à contra-revolução, para isolar e neutralizar aqueles que usam as liberdades para combater aqueles que as defendem, para assegurar a democratização da vida portuguesa que conduza à realização das eleições livres para a Assembleia Constituinte.

O 25 de Abril trouxe ao povo português, depois de 13 anos de guerra colonial, a fundada esperança no fim da guerra e na solução política do problema.

É necessário que essa esperança se concretize, prosseguindo as negociações e buscando o caminho da paz, que passa pelo verdadeiro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência.

É necessário continuar a luta para que, numa data não distante, os soldados portugueses regressem à pátria e se estabeleçam relações de amizade fraternal e de cooperação reciprocamente vantajosas entre o povo português e os povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola — finalmente livres.

O 25 de Abril trouxe, depois de largos anos de exploração sem limites das classes trabalhadoras (exploração imposta pelo aparelho de repressão fascista, exploração contra a qual era proibido protestar ou reclamar), uma esperança no melhoramento das condições de vida.

É necessário que essa esperança continue a concretizar-se, pondo-se apenas como limite a estabilidade da situação económica e financeira.

Prosseguindo e ampliando os processos vindos do tempo da ditadura fascista, os reaccionários põem a correr, uns atrás dos outros, boatos alarmantes e alarmistas. Pretendem com isso criar um clima de inquietação, de insegurança, de falta de confiança na possibilidade de levar por diante a democratização da vida portuguesa até à realização de eleições.

Há que combater e desmascarar tais boatos. Sem dúvida, a luta será difícil. Mas o povo português tem razões para estar confiante. Se o povo quiser e lutar, o fascismo não voltará!

Que se desiludam os reaccionários e fascistas. As suas conspirações serão desmascaradas e derrotadas.

Que se desiludam os pseudo-revolucionários que, com as suas provocações, procuram impedir a instauração dum regime democrático.

Há em Portugal forças bastantes para assegurar o caminho para a democracia.

As Forças Armadas, que em 25 de Abril ligaram a sua sorte à sorte popular, confiam no povo e por isso também o povo confia nelas. As forças populares constituem um grande e poderoso movimento de massas, que abarca a maioria esmagadora da população portuguesa.

Estas duas forças fundamentais estão em condições, se unidas, de esmagar quaisquer tentativas de reacção e de assegurar o prosseguimento da democratização da sociedade portuguesa.

A ditadura fascista faz parte do passado. Mas a luta contra o fascismo continua.

Estou certo de que o povo do Porto, o povo do Norte mostrará no cumprimento das tarefas da hora presente ser digno das suas gloriosas tradições.

Os inimigos da liberdade e da paz não conseguirão alcançar os seus fins. Temos absoluta confiança na vitória final.

Viva o povo da gloriosa cidade do Porto! Viva o povo do Norte!

Vida a unidade das forças democráticas e a aliança das massas populares com as Forças Armadas!

Viva a Paz! Viva a Liberdade!

O COMÍCIO NO PALÁCIO DE CRISTAL

CONT. DA PÁG. 1

ve, lado a lado, possamos constituir uma vasta unidade popular.»

A seguir, foi lido um telegrama do Partido Popular Democrático, em que se afirmava a impossibilidade da presença de um representante daquele Partido ao comício e se manifestava, por aquela forma, a total adesão do PPD ao comício.

MDP: Desmantelar o estado fascista

Pelo Movimento Democrático do Porto falou a seguir Cassiano Abreu Lima, que referiu a necessidade de manter a aliança das massas populares com as Forças Armadas e indicou, como tarefa primordial, a constituição de comissões administrativas para o saneamento das estruturas fascistas, salientando o papel do MDP como instrumento de mobilização das massas. Apelou ainda para a urgência de se preencher o cargo de governador civil do Porto e para a necessidade de se combater as atitudes e manobras divisionistas.

Jorge Araújo, membro da DORN do PCP analisou as novas condições criadas pelo processo democrático em curso no que se refere à actuação do Partido e sublinhou:

«Hoje, vós podeis ver que o Partido Comunista Português, vanguarda do proletariado, é uma organização de homens e mulheres livres, de operários, trabalhadores manuais e intelectuais, de camponeses, de jovens — determinados em construir um País e um mundo de progresso, cultura e paz.»

Depois, chamando a atenção para os oito pontos essenciais para a democratização da vida nacional, propostos pelo PCP no seu programa, Jorge Araújo considerou as acusações feitas aos comunistas: «Terão fundamento?» E prosseguiu:

Nada nos move contra os católicos

«O Partido Comunista vai destruir a família, vai tirar a terra aos camponeses, vai uniformizar os portugueses — dizem aqueles que não podem deixar de reconhecer o papel de vanguarda do Partido na luta contra o fascismo, mas querem manter os seus privilégios e desunir o povo e as forças democráticas.» Também sobre a questão religiosa, Jorge Araújo foi bem explícito:

«Nada nos move contra os católicos, contra quem tenha convicções religiosas. E não estamos a dizê-lo só agora. Em 1909, o maior obreiro do Socialismo e da URSS dizia: «Somos absolutamente opostos à mais ligeira afronta às convicções desses operários», pretendemos educá-los «no espírito do nosso programa e não a fim de conduzir uma luta activa contra a religião». Mas mais: podem ser membros do PCP homens e mulheres que tenham convicções religiosas, e mesmo sacerdotes que aceitam o programa e os estatutos do Partido. Nunca discutimos as convicções daqueles que lutaram contra o fascismo. Não discutiremos as daqueles que estão empenhados no desmantelamento total do aparelho de estado fascista» — sublinhou Jorge Araújo.

Falando a seguir, o membro da Organização Regional do Minho do PCP e operário da Grundig, António Macedo, precisou que a greve não deve ser uma forma única e imediata de luta, tomando como referência o sucedido na Carris, na Panificação e nos CTT. Saudou, em nome de todos os antifascistas de Braga, o camarada Álvaro Cunhal, o prof. Rui Luís Gomes, Lobão Vital e Virgínia Moura.

Unir camponeses e operários

«Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o PCP soube igualmente, ao longo dos anos, interpretar os legítimos anseios das vastas camadas dos pequenos e médios agricultores *oprimidos, vítimas da* ruinosa política agrícola levada a cabo pelo fascismo» — disse Alípio Caetano Ferreira, da Organização Regional das Beiras do PCP.

Após afirmar toda a orientação partidária pelas lutas justas, afirmou: «Ao alertar os operários para as lutas dos camponeses, o Partido assumia assim, nos campos como nas cidades e nas fábricas, o seu papel de vanguarda na luta pela libertação do nosso povo e cimentava no terreno da acção a aliança indispensável entre a classe operária e o povo rural.»

Referiu que assim foi antes e será depois do 25 de Abril, data que deve ser levada aos camaradas que labutam no campo. Neste aspecto, que registou a adesão de muitos pequenos e médios agricultores, concretizou:

«Precisamos aqui também de cortar o passo à reacção, esclarecendo as amplas massas rurais do profundo significado que para eles terão as conquistas alcançadas e, ao mesmo tempo, resolver algumas das suas legítimas aspirações. A reacção ainda se encontra instalada em muitas das nossas populações rurais. Procura, de qualquer maneira, tirar partido do atraso político em que se encontram as gentes do campo. Para isso organiza campanhas de deturpação sobre a política do Partido, os seus métodos de actuação e os seus objectivos. O anticomunismo começa a ser agitado com a mesma intensidade com que o era no fascismo.»

Na sequência lembrou que o povo rural tem também uma palavra a dizer sobre as greves e o movimento reivindicativo em curso. Neste aspecto, salientou: «Consideramos que enquanto a nossa pátria não estiver numa posição firme e definida política, social e economicamente, limpa dos restos do fascismo que a sufocaram durante quase meio século, o que mais importa a todo o povo trabalhador é a defesa e consolidação das liberdades alcançadas.

Já repararam o que seria de todos os portugueses e particularmente das classes trabalhadoras dos grandes centros, se nós, camponeses, embora vivendo uma vida amarga e obscura, resolvêssemos fazer uma greve de uma semana?

Não o faremos, porque sabemos esperar e porque sabemos também que não é isso o mais importante neste momento e porque acredito plenamente no Partido Comunista Português que há-de lutar como sempre para resolver não só a crise da lavoura nacional como também toda a estrutura da vida nacional.»

O nordeste sacrificado

António Manuel Serra, da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP, chamou a atenção para a urgência do saneamento das estruturas administrativas daquela martirizada região nordestina e analisou a situação catastrófica da lavoura local. Fez ainda um apelo para a reforma agrária para que os proletários rurais e os camponeses possam desfrutar de melhores condições de vida e que a agricultura portuguesa venha a ser progressiva e florescente.

O representante da União dos Estudantes Comunistas, Joaquim Judas, condenou a guerra colonial e expôs os objectivos proclamados pela UEC, nomeadamente a extinção do analfabetismo, o reforço das estruturas associativas e a democratização do ensino.

Votar aos 18 anos

«A juventude trabalhadora está empenhada na luta pela resolução de dois dos seus problemas fundamentais — salientou Fátima Garcia, representante do Movimento da Juventude Trabalhadora.

«Em torno desses dois problemas — guerra colonial, direito de voto aos 18 anos — o MJT reconhece no Partido Comunista Português o único Partido que desenvolveu uma luta consequente e justa pela resolução desses dois problemas fundamentais da juventude. A guerra colonial só pode ser resolvida com base no reconhecimento dos povos das colónias à independência e à autodeterminação.» Sobre o direito de voto aos 18 anos, Fátima Garcia precisou: «Os jovens com menos de 21 anos provaram ao longo do fascismo que são *responsáveis, que sabem o que querem. Provam-no na dia-a-dia pela importante contribuição que* dão ao desenvolvimento económico e social do país. Recusar o direito de voto aos 18 anos é afastar a juventude da vida política e isso só serve ao fascismo.» Fátima Garcia terminou com um apelo ao reforço organizativo dos jovens em todas as freguesias e localidades.

Reforçar a acção sindical

«Paralelamente à luta reivindicativa desenvolveu-se um poderoso e original movimento sindical, que constituiu uma sólida frente de luta e mobilizou centenas de milhar de trabalhadores — referiu José Carlos Almeida, membro da DORN e suplente do CC do PCP, numa análise da luta reivindicativa desenvolvida pelos trabalhadores portugueses, *salientando* a consciência e a *maturidade* de políticas *demonstradas* após o 25 de Abril.

Depois de considerar o papel lesivo de greves fomentadas pela reacção e por pseudo-revolucionários que põem em causa o processo de democratização em curso, José Carlos afirmou:

«*É preciso consolidar e ligar mais o movimento sindical às massas.*» Os sindicatos — acrescentou — devem ter como preocupação prioritária a estreita ligação com os interesses e aspirações dos seus membros, dando prova da sua identificação com a consolidação das conquistas alcançadas, que abrem grandes perspectivas para a instauração *de um regime democrático, tal como* exigem os trabalhadores. O desenvolvimento da acção sindical em Portugal oferece largas perspectivas se os trabalhadores se mantiverem unidos e vigilantes» — adiantou o camarada José Carlos, que fez notar a urgência de um estudo cuidadoso por parte dos trabalhadores das formas de luta a levar a cabo, sublinhando: «Não podemos permitir que o patronato manobre no sentido de voltar contra o Governo Provisório, no qual estão representados os interesses dos trabalhadores, as justas aspirações das diferentes classes trabalhadoras.»

HOJE EM LISBOA
Grande Comício do PCP

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP leva a efeito, hoje, às 21.30, na Praça de Touros do Campo Pequeno, o seu segundo comício na cidade de Lisboa.

Expressão de reforço do Partido da classe operária, o grande comício de Lisboa constituirá, estamos certos, uma nova afirmação do empenhamento dos comunistas no processo de democratização em curso, na luta pela consolidação e alargamento das liberdades, pelo fim da guerra colonial, pelo melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras, pela unidade das forças democráticas — caminho da vitória.

Nesta ampla reunião intervirão membros do CC e da DORL do Partido Comunista Português, comunistas de grandes empresas da região de Lisboa, representantes da UEC, da Juventude Trabalhadora, de organizações e partidos democráticos.

OPERÁRIOS!
TRABALHADORES!
JOVENS!
ESTUDANTES!
INTELECTUAIS!
POVO DA CAPITAL!

TODOS AO COMÍCIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

DE ADESÃO AO NOSSO PARTIDO

«NÃO CABE AOS TRABALHADORES TIRAR AS CASTANHAS DO LUME»

CONT. DA PÁG. 1

tos a satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, mas armadores de pesca exigem como condição que o Governo lhes diminua o preço do fuel-oil, armadores da marinha mercante exigem como condição o aumento de fretes; proprietários de táxis exigem o aumento de tarifas; donos de padarias exigem o aumento do preço do pão; e assim por diante.

Quer dizer: há sectores do patronato que, afirmando demagogicamente que estão dispostos a satisfazer tudo quanto os trabalhadores reclamam (e mesmo muito que não reclamam), e incitando os trabalhadores à greve — pretendem descarregar imediata e antecipadamente os encargos para cima do Estado e do consumidor, reconduzindo o País ao velho «círculo infernal da inflação», como se lhe chamava no tempo do fascismo.

Nós não aceitamos esta táctica patronal e ela tem de ser desmascarada e combatida.

Os trabalhadores defendem firmemente os seus interesses, mas nada têm que defender os interesses do patronato contra o Governo.

Não cabe aos trabalhadores, em greves incitadas ou apoiados (com suspeita generosidade) pelo patronato, *tirar as castanhas do lume* para que as comam os seus próprios exploradores.

Isso seria fazer o jogo da reacção e do fascismo e os trabalhadores não farão esse jogo.

Porque não estão dispostos a fazer esse jogo, os trabalhadores têm demonstrado compreender que, na situação actual, a greve, arma legítima, necessária e indispensável da luta reivindicativa, só em último caso, só depois de esgotadas outras formas de luta, deve ser utilizada.

A greve dos CTT é um exemplo de como uma greve não deve ser declarada nem conduzida. É o exemplo de uma greve não só inútil como prejudicial aos trabalhadores.

Primeiro, algumas das reivindicações (como a das 35 horas semanais) eram irrealistas, demagógicas, economicamente incomportáveis. Além disso a negociação estava em curso.

Nada justificava a greve.

É evidente que o objectivo dos seus promotores não era a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e por isso nunca puseram à larga e livre apreciação dos trabalhadores as propostas do Governo; e por isso procuravam impedir os contactos dos trabalhadores dos CTT com a população; e por isso adoptaram métodos de intimidação e de decisão arbitrária de pequenos grupos.

Não. O objectivo dessa gente não era o melhoramento das condições de vida. O objectivo era paralisar um serviço fundamental para a vida do País, perturbar a vida económica e social, voltar os trabalhadores contra o Governo.

Os irresponsáveis da comissão pró-sindicato conduziram os trabalhadores dos CTT a um beco sem saída, ao isolamento em relação à população e a uma aventura cujo alcance poderia ter sido ainda mais grave.

Caberá agora aos trabalhadores dos CTT decidirem quando querem receber os aumentos que o Governo aprova.

Cabe-lhes também, num processo democrático, formar comissões representativas e fazer andar para diante a criação da sua organização sindical.

Os perigos de uma grave crise económica

Na situação actual, a luta pelos interesses imediatos de natureza económica não pode ser desligada das suas incidências políticas e das suas incidências na situação económica do País.

Os acontecimentos mostram que, na luta pela completa liquidação do fascismo e na defesa das liberdades, surgiu uma nova frente de luta, em que está interessado todo o nosso povo: a luta para impedir a desorganização da vida económica e uma profunda crise económica.

É tempo de dizer que se trata de um dos maiores perigos, se não o maior, que ameaça o caminho de Portugal para a democracia.

Uma grave crise económica (que atingiria amplas camadas da população e à qual corresponderia uma agudização geral dos conflitos sociais) não só acarretaria uma vaga de desemprego e novas e sérias dificuldades económicas para os trabalhadores como seria o terreno mais favorável para que a contra-revolução pudesse abrir caminho.

Em defesa dos interesses dos trabalhadores, em defesa dos interesses nacionais, em defesa das liberdades e da democratização, o povo português está vitalmente interessado em evitar uma tal crise e tudo devemos fazer para evitá-la.

A este respeito, gostaria de referir três aspectos.

O primeiro diz respeito às medidas que o próprio Governo toma ou virá a tomar.

É preciso desfazer de vez a ideia de que existe em Portugal um Governo Popular, em condições de realizar profundas reformas sociais. E é também não alimentar ilusões de que nas condições actuais os trabalhadores poderão impô-las. O Governo Provisório é um Governo de uma muito larga coligação de forças sociais e políticas cujo programa (o Programa do Movimento das Forças Armadas) não prevê reformas profundas da estrutura económica e social. Entretanto, impõem-se medidas de emergência dentro duma «estratégia antimonopolista», tal como estabelece o mesmo programa, e é perfeitamente possível realizá-las sem alterar as estruturas actuais da sociedade portuguesa.

Pouco se avançou ainda nesta direcção. É necessário avançar.

O segundo aspecto diz respeito ao funcionamento normal dos centros, sectores e serviços vitais para a vida económica do País e vida normal da população.

Não pode ser permitido, que empresários, invocando razões técnicas, supostas impossibilidades financeiras ou outras, paralisem ou comprometam gravemente o funcionamento de tais centros, sectores e serviços. Estamos confiantes em que, depois das experiências da Carris de Lisboa, dos CTT e outras, os trabalhadores considerem que a regular vida económica é do seu próprio interesse e que uma crise económica só ao grande capital, à reacção e ao fascismo acabaria por aproveitar.

É justo a este respeito sublinhar a elevada consciência de classe e a justa compreensão da situação política que têm dado a este respeito os trabalhadores do Norte, contribuindo assim para resolver algumas complexas e perigosas situações.

O terceiro aspecto diz respeito à situação de alguns sectores do grande capital, que parecem apostados em provocar dificuldades não concedendo créditos, atrasando o pagamento de facturas, adiando encomendas, recusando negócios, suspendendo investimentos, etc. Pensamos firmemente que a utilização do poder económico e a sabotagem da vida económica como instrumento político, para tentar, impedir ou dificultar o curso da democratização não pode e não deve ser admitida. Acabou por agora e faremos para que tenha acabado para sempre a época de protecção coercitiva de um Estado fascista para possibilitar a acumulação de superlucros a taxas que permitiam duplicar ou triplicar os capitais em pouco tempo; acabou o tempo de salários contidos pela inexistênica da organização sindical livre e pelo aparelho repressivo.

A grande maioria dos patrões tem completa possibilidade de satisfazer, não decerto certas reivindicações irrealistas que sopram aos trabalhadores alguns demagogos, mas importantes aumentos de salários e outras importantes e legítimas exigências. Para isso basta que diminuam a apropriação ilícita da mais-valia extra devida às situações de monopólio, basta que deixem de auferir lucros anuais de 30, 40 por cento ou mais, que alcançaram no tempo do fascismo, e se contentem com lucros mais baixos, que se aproximem da taxa média à escala nacional. É tempo de se adaptarem a uma tal situação, que afinal lhes dá ainda grande, mesmo excessiva margem de lucros.

Diversa é a situação de muitas pequenas e algumas médias empresas. Muitas delas criaram-se e desenvolveram-se na base do pagamento de salários de miséria. Muitas delas viviam na base de créditos a altos juros e sempre afogadas pelos prazos de pagamento. Com a subida de salários por um lado e com os cortes ou atrasos do crédito pelos bancos, muitas pequenas empresas atravessam uma situação difícil. É necessário desbloquear o sistema do crédito, que sejam finalmente concedidos créditos pelos quais há muito esperam as pequenas empresas, que sejam tomadas medidas relativas a mercados e a preços, que haja mudança de carácter na política fiscal, ou seja, que, ao contrário do que acontecia no tempo do fascismo, passem a pagar mais ou que mais podem e paguem menos aqueles que dispõem de menores recursos.

Os nossos inimigos propagandeiam que os comunistas ameaçam as pequenas empresas. Há por aí quem recomece a tocar o velho disco anticomunista que tocavam os fascistas que os comunistas querem roubar as terras aos camponeses, as fábricas e oficinas aos pequenos industriais, as lojas aos comerciantes e assim sucessivamente. Mas a verdade é que hoje toda a gente vê que os comunistas não comem crianças, nem usam uma faca nos dentes.

A verdade é que os comunistas defendem não só os interesses da classe operária e do campesinato mas de todas as classes e camadas médias. Os pequenos agricultores, os pequenos industriais, os pequenos comerciantes têm nos comunistas verdadeiros defensores dos seus legítimos interesses.

As camadas médias, que foram, no tempo do fascismo, vítimas do Poder e do domínio dos monopólios, estão interessadas ao lado da classe operária e das massas trabalhadoras na construção de um Portugal democrático.

Alerta às manobras da reacção

A ditadura fascista foi derrubada. Grandes vitórias foram alcançadas. Mas a reacção não se conforma. A reacção manobra e conspira.

Procura sabotar a vida económica e paralisar centros vitais.

Procura agudizar os conflitos sociais.

Procura lançar contra o Governo e contra as Forças Armadas os trabalhadores (que eles, os reaccionários, exploram), as pequenas empresas (que eles, os reaccionários, procuram estrangular e liquidar).

A reacção procura de novo lançar uma campanha de anticomunismo, que os portugueses bem sabem que significa, não apenas a luta contra os comunistas, mas um pretexto para a luta contra todos os democratas, para a luta contra a liberdade.

Embora escondendo ainda a sua verdadeira face, a reacção começa a querer vir à rua, como sucedeu no 10 de Junho, dia em que o povo do Porto deu a devida resposta às tentativas contra-revolucionárias.

Tal como no 10 de Junho, o povo tem de estar vigilante e não consentirá que usem e abusem da liberdade aqueles que sempre a negaram, aqueles que agora utilizam a liberdade com o objectivo de liquidá-la.

Tem-se falado muito no perigo dos grupos esquerdistas pseudo-revolucionários.

Temos criticado e continuaremos criticando a sua actividade desagregadora e provocatória, que serve de facto a reacção e o fascismo. Consideramos que essa actividade provocatória não pode nem deve ser consentida. Mas seria um erro considerar esses grupos como o maior perigo, ou mesmo como um perigo real, pois só podem assim ser considerados na medida em que se tornam um aliado da contra-revolução. Não, camaradas. O verdadeiro perigo para as liberdades vem da direita.

Desmascarando e combatendo firmemente as actividades dos grupos esquerdistas pseudo-revolucionários, é para a direita, para a reacção, para o fascismo, que devemos concentrar o grosso da nossa vigilância e do nosso combate.

Para fazer frente às manobras da reacção e do fascismo, para consolidar o curso político aberto pelo 25 de Abril, não podemos adormecer um só instante que seja.

Reforçar a unidade

A luta continua (diferente, é certo, a um sol em que brilham as liberdades fundamentais) mas uma luta ainda difícil, complexa, prolongada, que exigirá a força, a energia, a combatividade, a determinação, a unidade das massas populares, que, em aliança com as heróicas Forças Armadas do 25 de Abril, decidirão do futuro do País, decidirão da vitória final da liberdade, da instauração em Portugal de um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

É nossa tarefa reforçar a unidade da classe operária, defender a unidade sindical, procurando que se mantenha nas novas estruturas, reagir firmemente contra quaisquer actividades divisionistas.

É nossa tarefa reforçar a unidade das forças populares, reforçar a coesão do movimento democrático unitário e estreitar os laços com o Partido Socialista, e o Partido Popular Democrático, cuja presença neste comício mostra que todos estamos de acordo em reforçar a nossa cooperação.

É nossa tarefa reforçar a aliança das massas populares com as Forças Armadas, factor decisivo para assegurar o presente e o futuro.

Está nas nossas mãos, nas mãos de todos nós, assegurar o desenvolvimento do regime transitório em que vivemos e conduzir o nosso País à realização de eleições livres, nas quais o Povo Português decidirá do seu destino.

Viva o povo portuense digno das suas gloriosas tradições!

Viva a unidade das forças democráticas!

Viva a aliança das massas populares com as Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português!

Conferência de Imprensa

CONFIANÇA NO PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO

No essencial, todos os portugueses, passados os dois primeiros meses sobre o 25 de Abril, têm razões para estarem confiantes — afirmou Alvaro Cunhal na conferência de Imprensa efectuada no centro de trabalho do Porto do Partido Comunista Português. O que se tem passado — disse — reforça as esperanças na instauração dum regime democrático. Há poderosas razões para ter essa confiança. Decerto que há dificuldades ao nível político, económico e, sobretudo, no que respeita ao problema colonial, mas devemos esperar que estes problemas sejam resolvidos.

Quais as razões dessa confiança? Naturalmente, as forças que existem e que podem assegurar o processo de democratização. As Forças Armadas, que continuam fiéis aos ideais que as levaram a intervir em 25 de Abril para restituir as liberdades ao nosso povo e o movimento popular e democrático, reforçado extraordinariamente desde essa data. A aliança entre essas duas forças, necessária, indispensável e até hoje eficiente, pode assegurar o processo político que conduz à instauração dum regime democrático em Portugal. Além disso, mesmo no plano internacional, há factores novos, como seja: o alargamento das relações internacionais iniciado e que tem magníficas perspectivas e o prosseguimento das relações tradicionais. Portanto, as relações internacionais não sofreram qualquer perturbação; pelo contrário, alargaram-se, como no caso dos países socialistas nomeadamente da União Soviética, o que possibilita relações particularmente úteis e favoráveis no plano diplomático, económico, político, cultural, técnico e outros.

A situação da Imprensa

Na conferência de Imprensa estiveram presentes representantes dos principais órgãos de Informação do Porto e de Lisboa e também um jornalista espanhol. Uma das questões postas visava a situação da Imprensa após o 25 de Abril. A este respeito, Alvaro Cunhal afirmou que era na verdade surpreendente verificar como depois de tantos anos duma Imprensa amordaçada surgiu uma Imprensa com uma extraordinária vitalidade, com uma grande independência de opinião, procurando intervir na vida política e na solução dos problemas. Os jornalistas portugueses mostraram — no tempo que passou desde o 25 de Abril — que, na verdade, o jornalismo não tinha sido corrompido nem abafado por tantos anos de fascismo. Portanto, era uma afirmação de mérito e uma afirmação de independência a primeira ideia que se colhia da acção da Imprensa portuguesa. Mas também — acentuou Alvaro Cunhal — se tem de dizer, com toda a franqueza, que, até por um uso de liberdades que não estavam estatuídas e talvez até por considerações diversas acerca da situação política real, pode por vezes ter havido, num ponto ou noutro, e certamente houve, uma utilização da Imprensa que não correspondia à situação real e que pode não ter favorecido o processo de instauração da liberdade de Imprensa. Mas essa responsabilidade não devia ser atribuída aos jornalistas. O certo é que houve uma estimação não completamente exacta da situação política que atravessamos e, portanto, digamos, do grau de liberdade de Imprensa dentro de um quadro determinado duma situação democrática provisória. Aí, talvez, o pretexto, nuns casos, causa noutros, para certas intervenções que não são favoráveis para a liberdade de Imprensa. Acentuou: Sabeis ao que me refiro, particularmente a certas medidas de carácter penal que foram tomadas ultimamente. E quanto ao sentido, no diploma recente sobre a liberdade de Imprensa, da expressão agressões ideológicas, Alvaro Cunhal reconheceu a sua ambiguidade. O Programa das Forças Armadas referia-se a agressões ideológicas dos meios reaccionários o que era mais preciso. Todavia, só a prática é que poderá esclarecer o sentido dessa expressão e da sua aplicação.

A atitude dos grandes grupos financeiros

Relativamente a uma pergunta sobre o carácter sócio-económico da actual sociedade portuguesa, Alvaro Cunhal afirmou que o sistema económico e o mesmo, assim como o poder económico que existia no País. As alterações são políticas. Os grandes grupos financeiros já não têm um governo seu. É essa a grande mudança. Não se alteraram as estruturas mas há uma situação política nova, o que, dada a complexidade da mesma, pode provocar certas tensões e dificuldades. Mas se as companhias privadas compreendessem esta situação, elas poderiam adaptar-se aceitando uma taxa de lucro menor que a anterior, mas ainda satisfatória. No entanto, algumas parecem preferir agarrar-se aos hábitos anteriores. Daí o pânico em que algumas vivem ou dizem viver. Também os grupos financeiros, com o pretexto da selectividade do crédito, estão a criar grandes dificuldades às pequenas e médias empresas, não lhes fazendo os empréstimos que elas requerem. Ora isto sucede num país onde há uma grande liquidez de capitais. Mas o Governo pode tomar medidas para salvar as pequenas e médias empresas.

Quanto à política agrária, Alvaro Cunhal afirmou que os comunistas não pretendem tirar a terra aos camponeses nem, neste momento, a ninguém. Futuramente, pôr-se-á esse problema, mas não para os pequenos e médios proprietários. Uma fase inicial da futura reforma agrária poderá afectar uns quinhentos grandes proprietários rurais. Os restantes serão beneficiados. São os monopólios que prejudicam os pequenos e médios proprietários. Pelo contrário, a reforma agrária proposta pelo PCP só os beneficiará.

É erro ressuscitar uma questão religiosa que não existe

Relativamente à posição do Partido Comunista Português para com os católicos, Alvaro Cunhal afirmou que os encontros havidos com altos dignatários da Igreja parecem ser favoráveis. Não temos — disse — qualquer ideia de reserva ou de contenção de carácter religioso. Seria um erro tremendo ressuscitar uma questão religiosa que não existe.

Incidiu uma das perguntas sobre uma possível mudança de Governo. Considerando essa alusão um boato, Alvaro Cunhal afirmou: O que é necessário é ter serenidade, não haver alarme. Se houver mudança de Governo, a questão será então considerada, não sendo necessário que ninguém se esteja a alarmar. Finalmente, respondendo à pergunta se haveria eleições dentro de um ano Alvaro Cunhal afirmou que seria um pouco arriscado dizer quando haveria eleições. Serão adiadas? Serão adiantadas? Não o poderemos dizer. O esforço de todos os portugueses deverá ser o de agir de modo a que possa haver eleições dentro de um tempo desejável.

COMÍCIOS DE NORTE A SUL DO PAÍS

Em vários pontos do País voltaram a realizar-se uma série de comícios promovidos pelo nosso Partido, tendo a principal característica de todos eles sido a ampla adesão popular aos pontos de vista do PCP na actual conjuntura nacional. Desde os centros urbanos ao campo, passando pelas zonas mais marcadamente industrializadas, operários e intelectuais, empregados e camponeses, num número total, e apenas durante o último fim-de-semana, calculado em cerca de 50 mil pessoas, manifestaram mais uma vez a sua determinação em, seguindo a linha do seu Partido, o Partido dos trabalhadores, lutarem pela consolidação e ampliação das liberdades conquistadas, por um Portugal verdadeiramente democrático e socialista.

Em Grândola

Os democratas e antifascistas de Grândola — a «vila morena», celebrizada na voz do poeta — viveram no dia 22, um dia grande, transbordante de alegria e vibração. Primeiro, foi a inauguração da sede local do Partido, situada no edifício da antiga cadeia, depois de devidamente adaptado. Depois, na Praça de D. Jorge, efectuou-se um comício, com cerca de cinco mil pessoas, em que os gritos **«PCP», «unidade», «fim à guerra»**, intervalaram as palavras dos diversos oradores, todos eles longamente aplaudidos.

Presidiu o médico e «velho tarrafalista» Manuel Reis, prestigiado democrata, tendo usado da palavra Manuel Pedro, da comissão concelhia do PC, que se referiu ao significado da inauguração da sede do Partido e convidou o povo a frequentá-la. Manuel Afilhado, que transmitiu uma saudação de Ermidas; António Mendes, Pedro Costa e Manuel Barão, da Comissão Concelhia do PC, que, entre outros temas, abordaram os problemas da reforma agrária e da greve; Francisco José, que falou sobre os problemas da juventude trabalhadora; Raul Costa, militante do Partido há muito ausente da terra, que dirigiu uma saudação à população da vila; José Pacheco, velho militante do Partido, que levou a Grândola uma saudação de Sines; Maria Dores, que leu uma outra saudação, esta do Movimento Democrático das Mulheres, e, finalmente, os camaradas Américo Leal e Joaquim Gomes.

Américo Leal referiu-se a problemas candentes da actualidade nacional, que focou sob a óptica da linha do Partido, aludindo, nomeadamente, às grandes tarefas do momento. **Joaquim Gomes**, membro do Comité Central do PCP, desenvolveu os mesmos temas, tendo afirmado, em determinado passo:

Camaradas, a vitória do 25 de Abril abriu largas perspectivas para o progresso do nosso País e o bem-estar de todos os portugueses. Mas estas perspectivas só podem ser concretizadas se se alargar a unidade da classe operária, a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo. Os trabalhadores de Grândola têm disto uma larga experiência que não deve ser esquecida, mas aplicada e alargada.

Assim o PCP entende ser neste momento da maior importância que os operários industriais e agrícolas desta região, contactem com os trabalhadores das zonas mais atrasadas do Alentejo, para os esclarecer, para os trazer à nossa causa, à nossa luta. Esta tarefa, camaradas, por muito importante, não deve ser subestimada. Se tal acontecesse, deixaríamos o campo livre aos fascistas e inimigos da democracia.

Em Setúbal

No sábado, dia 23, cerca de 4000 pessoas reuniram-se na praça de touros de Setúbal no 1.º comício legal do PCP naquela cidade. No meio do entusiasmo dos assistentes e na tribuna, decorada com um grande painel com Marx, Engels e Lénine, usaram da palavra, entre outros, os seguintes oradores: Luís Amaro, operário da construção civil que focou problemas da classe operária em Setúbal e do uso da greve como forma de luta no momento actual; Antónia Carvalheiro que focou a situação da mulher e as condições do trabalho feminino em Setúbal. Falou depois Carlos Domingues, da DOR da margem Sul que abordou a situação política actual e as tarefas do Partido. Por fim falou **Octávio Pato**, membro do CC que fez uma extensa análise da situação política actual e de que destacamos as passagens principais:

A ditadura fascista foi derrubada há apenas dois meses. Mas o panorama político do País foi radicalmente modificado nesses dois meses decorridos desde o 25 de Abril. Num passado ainda bem recente, quando os trabalhadores recorriam à luta pela conquista das suas reivindicações, eles tinham de enfrentar não somente a resistência do patronato mas também a repressão fascista.

Na época fascista, a greve era sempre considerada um crime. Milhares e milhares de portugueses passaram pelas prisões fascistas apenas por lutarem pelos seus direitos e aspirações...

...Aqueles que apareceram agora a intitular-se simultaneamente, de antifascistas e anticomunistas o que procuram é esconder o seu ódio à democracia. O anticomunismo foi no passado e continua a ser no presente a bandeira atrás da qual procuram agrupar-se todos os reaccionários e todos os que odeiam a democracia. É debaixo da bandeira do anticomunismo que a reacção procura agrupar-se. As forças reaccionárias de direita recorrem a todos os processos e meios para travar o processo democrático que está em curso...

...Ante tais manobras, há que apelar para reforçar mais e mais a unidade da classe operária, para consolidar o movimento sindical para ampliar a unidade das forças democráticas e a aliança com as Forças Armadas. Se o grande capital continuar a sabotar a economia do País, para tentar sufocar a democratização do País, será necessário que as massas populares lutem por medidas efectivas para desmantelar as manobras criminosas da reacção e de todos os seus agentes.

O movimento popular de massas em aliança com o das Forças Armadas possuem força suficiente para derrotar e esmagar quaisquer tentativas contra-revolucionárias.

Em Braga

O papel do Partido Comunista na construção da unidade antifascista com todas as forças da Oposição ao regime fascista e nomeadamente com os católicos, quer durante os 48 anos de ditadura, quer neste momento, para a consolidação das liberdades e a criação de uma verdadeira democracia em Portugal, foi um dos aspectos postos em relevo no comício do PCP realizado no dia 21 de Junho, em Braga.

Muitos foram os católicos que, ombro com ombro com os comunistas, tiveram um activo papel na luta antifascista. Muitos são, até, aqueles que militam nas fileiras do nosso Partido. Debaixo da opressão e exploração fascista, muito operários, muitos trabalhadores católicos, participaram juntamente com os comunistas nas comissões de unidade dos trabalhadores, nas fábricas e nos campos. Unidos na luta por melhores salários e melhores condições de vida, as crenças religiosas e os ideais de cada um nunca foram obstáculo a que se unissem e lutassem juntos. O mesmo aconteceu no plano da luta sindical, da luta contra a repressão e por amnistia e nas comissões de socorro aos presos políticos, na luta contra a guerra colonial, na luta geral do povo português contra o fascismo, acentuou Margarida Tengarrinha na sua intervenção. Recordando que esta foi sempre a orientação do Partido Comunista, a nossa camarada citou como completamente actuais as palavras de um folheto do PCP editado em 1947, que diz: **O nosso desejo é que, na obra de reconstrução democrática de Portugal, não haja convicções religiosas nem ideias filosóficas que afastem os homens e prejudiquem o seu esforço conjugado para assegurar ao nosso Povo e à nossa Pátria dias melhores e mais livres.**

Tanto esta como outras intervenções que abordaram o mesmo problema, foram sublinhadas com aplausos particularmente calorosos pelos participantes no comício.

No Teatro-Circo repleto, cerca de 3000 pessoas, operários, trabalhadores, jovens, mulheres de todo o distrito de Braga, demonstraram com o seu entusiasmo a adesão e apoio às posições e orientação do Partido Comunista.

Carlos Costa, membro do Comité Central e natural do distrito de Braga, presidiu à mesa do comício.

Tanto ele como o camarada Francisco Miguel Duarte, também do Comité Central, foram recebidos com particular carinho pelos assistentes.

Também foram chamados para a mesa Jorge Araújo e Margarida Tengarrinha, membros do DORN; António Pinto e Humberto Soeiro da Organização Regional do Minho, Jorge Resende, da Comissão Central da UBC, António Soares, do MJT, Ana Maria Lopes, em representação do Movimento Democrático das Mulheres, dr. José Sampaio, em representação do Movimento Democrático de Braga, os camaradas Manuel Macedo, operário electricista da Grundig de Braga, e António Alves, operário metalúrgico da Sarotos, que fizeram intervenções no comício.

Na mesa encontravam-se, além destes, outros comunistas, operários e democratas do distrito: José Alberto Barbosa, operário metalúrgico da Sarotos; Sebastião Silva, operário tipógrafo; Alberto Couto, empregado comercial; Drs. Vítor de Sá, director do «Correio do Minho», José Manuel Mendes e Rocha Peixoto, todos do MD de Braga, João da Silva Dias, do MD de Guimarães, António Bernardino Silva, do MD da Póvoa de Lanhoso, Raimundo Gomes, do MD de Barcelos, e Martins Costa, do MD de Vila Verde.

Nas várias intervenções foi analisada a situação política, económica e social do nosso país e apontadas as tarefas fundamentais que se colocam neste momento à classe operária e ao povo português: consolidar e fazer avançar a democracia e conquistar a paz. A guerra colonial foi condenada pelos oradores, tal como foram desmascaradas as manobras económicas e políticas da reacção e as venenosas calúnias lançadas contra o Partido Comunista pelas forças da reacção e do fascismo, nomeadamente acerca da destruição da família, da religião e da expropriação da terra aos pequenos e médios agricultores. Margarida Tengarrinha demonstrou que quem destruía a família era o fascismo que mandava os jovens morrer e matar para a guerra colonial e levou à separação das famílias dos milhares de emigrantes; que os comunistas defendem a liberdade religiosa e que, longe de pretenderem tirar a terra aos pequenos e médios camponeses, lutam, sim, por um auxílio efectivo e eficaz ao campesinato que o fascismo lançou para a ruína e a miséria.

A encerrar a sessão, o camarada Carlos Costa, depois de saudar os comunistas e a classe operária, os trabalhadores e os democratas do distrito de Braga, referiu alguns traços essenciais da situação actual, fazendo um balanço das conquistas alcançadas após o 25 de Abril, apontando de onde vêm e que formas tomam os perigos da contra-revolução, quais os objectivos imediatos pelos quais devemos lutar e qual a condição essencial para o prosseguimento da revolução democrática em curso.

O comício decorreu e terminou no meio do entusiasmo e de manifestações de caloroso apoio ao Partido.

Em Montemor-o-Novo

Mais de 6000 pessoas participaram num grande comício realizado no dia 23, em Montemor-o-Novo, destinado a prestar homenagem ao camarada José Adelino dos Santos, assassinado pelos forças da repressão fascista.

Antes do início da reunião, houve uma concentração na Rua da Cadeia, onde o crime ocorreu, tendo sido descerradas duas lápidas que dão à artéria o nome de José Adelino dos Santos.

Seguiu-se uma emocionante romagem até ao cemitério local.

Foram colocadas flores no tumulo de José Adelino dos Santos e **António Gervásio**, membro do Comité Central do PCP, pronunciou breves palavras evocativas do camarada tragicamente desaparecido.

Seguiu-se, finalmente, o comício.

A chuva que caía não esmoreceu o entusiasmo dos milhares de pessoas presentes, e nenhuma arredou pé.

Erguidas nas mãos do povo bandeiras nacionais e do PCP.

Incansavelmente, foram gritados **vivas** ao nosso Partido e à unidade das forças democráticas.

Presidiu o camarada Manuel Passão e, sucessivamente, usaram da palavra João Joaquim Machado, membro da Comissão Concelhia do PCP, Maria da Piedade Morgadinho, Manuel Passão, Pinto Sá, democrata e membro da Comissão Concelhia do Movimento Democrático, Joaquim Badalinho, António Morteira, membro da Comissão Concelhia o PCP de Évora, José Cuco da Silva, membro da Comissão Concelhia do PCP de Lisboa, um estudante democrata de Lisboa, e, por fim, António Gervásio.

Depois do comício efectuou-se uma reunião com mais de 200 trabalhadores agrícolas, homens e mulheres, em que foram debatidos importantes problemas da classe e à qual nos referimos com o destaque que merece noutro local.

Em Trigaches

No passado domingo, em Trigaches, pequena localidade próximo de Beja, efectuou-se um comício do PCP, que, simultaneamente, se destinava a homenagear o nosso camarada Pedro Soares, membro do CC do PCP, e natural da aldeia, aonde não ia há cerca de 30 anos.

Após uma calorosa recepção proporcionada por milhares de pessoas, em que se incluíam muitas vindas de localidades vizinhas, foi descerrada uma lápida no Largo da Igreja, que passou a ter o nome daquele camarada.

Cantou-se **Grândola, vila morena.**

As aclamações a Pedro Soares misturavam-se com os vivas ao PCP. Deu-se, depois, início ao comício.

Usaram da palavra António Ferro, ferroviário e membro da Comissão Concelhia de Beja do PC; Augusto Carreto, jovem trabalhador agrícola de Pias, que falou em nome do Movimento da Juventude Trabalhadora; José Rebola, membro do Comité Local do PCP de Baleizão, e o camarada Belchior Pereira, que dirigiu a sessão e leu algumas quadras de Reis Dionísio, primo de Pedro Soares, dedicadas ao homenageado e ao nosso Partido.

Chamada à tribuna, a camarada Mariana Janeiro, de Baleizão, em tempos ferozmente torturada pela P. I. D. E., foi alvo de uma grande ovação.

O último orador foi Pedro Soares, que, depois de saudar o povo de Trigaches, terra que o viu nascer e onde, salientou, teve os primeiros contactos com a exploração dos trabalhadores, que o despertaram para a luta antifascista, referiu-se às calúnias de que o PC é vítima, à necessidade da aliança com os pequenos e médios proprietários contra os grandes latifundiários e à importância da preservação da unidade democrática.

Depois de algumas curtas intervenções de habitantes de Trigaches, o actor Armando Caldas declamou poesias revolucionárias, tendo a sessão sido encerrada com a entoação por todos os presentes de cantares alentejanos antifascistas e do hino nacional.

Em Oeiras

Perto de 5000 pessoas participaram em Oeiras no primeiro comício do PCP realizado na «Linha».

A população da zona não ficou desiludida e deu o seu entusiástico apoio às teses expostas pelos 7 oradores, que falaram sobre diversos temas, sempre calorosamente aplaudidos pela assistência: João Filipe Ramos, operário, sobre os problemas e necessidade de organização da classe operária; Maria João Lobo, jovem militante, sobre a exploração das trabalhadoras e das mulheres em geral; Carlos Amaro, sobre os problemas dos intelectuais, o ensino e a cultura; Pedro Filipe, da UEC, sobre os estudantes e a guerra colonial; Vítor Silva, sobre problemas da região; Alberto Branco, sobre o Movimento Democrático e suas perspectivas.

Encerrou a sessão **Alda Nogueira**, membro do Comité Central do nosso Partido, que já no final do seu discurso, em que analisou a situação política actual e os perigos que ela ainda encerra, acentuou:

«Fortes com a certeza de que as Forças Armadas e as massas têm bastante força para impedir um regresso ao passado», como o sublinhou ainda recentemente o secretário-geral do PCP, as massas trabalhadoras saberão estar à altura das grandes tarefas que se lhe colocam no momento actual pela frente. Estas tarefas vão desde a continuação do saneamento e da institucionalização das liberdades e dos direitos dos cidadãos, até ao aproveitamento da abertura diplomática com a URSS e outros países socialistas para reforçar externamente e internamente a situação política e económica do país. Tudo isto passando pelo melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras, por uma política económica e financeira de estabilidade e desenvolvimento económico e que assegure condições de vida às pequenas e médias empresas. Estas são as tarefas fundamentais que, segundo o PCP, se colocam no futuro imediato e a que há que acrescentar a tarefa não menos importante do apressamento do processo de negociações que conduzam ao fim da guerra colonial, na base do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência.

Homenagem às FA em Vila Franca de Xira

Promovida pela Comissão de Freguesia da CDE de Vila Franca de Xira, realizou-se uma homenagem às Forças Armadas. Aderiram a esta iniciativa a Comissão Administrativa da Câmara Municipal, a Comissão Concelhia do Partido Comunista Português, o Partido Socialista, a UEC, as JS, o MDM e o MJT.

No passado dia 21, por ocasião do Juramento de Bandeira dos alunos da Escola de Marinheiros do Grupo n.º 1 da Armada, constava do programa um desfile pelas ruas da vila. Decidiu a Comissão de Freguesia da CDE associar-se a este desfile, procurando reforçar a unidade das Forças Armadas com o povo, única garantia para desenvolvimento do processo democrático em curso.

Ao apelo da CDE, largas centenas de pessoas se concentraram à entrada da vila para fazer a recepção aos 900 marinheiros em desfile. Numerosas delegações de trabalhadores do concelho identificavam-se com cartazes. Foram oferecidas muitas flores aos marinheiros, com a já tradicional imagem das espingardas com o cravo vermelho no ano.

Por volta das nove horas, os presentes, que já eram alguns milhares, seguiram o desfile em manifestação, dando vivas às Forças Armadas, à Liberdade, à unidade, etc. No percurso, das janelas decoradas a população saudou o desfile e os manifestantes.

Por último, no Largo da Câmara, realizou-se um comício, onde usaram da palavra um representante de cada organização que aderiu à realização.

Em Sacavém

GRANDE MANIFESTAÇÃO DE AMOR AO PARTIDO

Seis mil, sete mil pessoas? O vasto recinto do novo ginásio ainda em construção, bordado de dísticos e cartazes, foi pequeno para a grande festa dos trabalhadores de Sacavém ao seu partido — o PCP.

Uma fanfarra entra a tocar o «Avante Camarada» seguida por um longo cortejo entoando a canção. Dísticos suportados por mãos operárias percorrem o recinto. «Os operários da fábrica da loiça saúdam o PCP» e os da Treplaria e os da Lever e os dos jovens trabalhadores... Gritos: «Unidade!», «O povo unido jamais será vencido!» «A vitória é difícil mas será nossa», «PCP», no meio do entusiasmo esfusiante dos milhares de participantes.

Óscar dos Reis, um comunista exemplar, oito anos de prisão, abre o comício dos trabalhadores de Sacavém. Um a um desfilam os oradores. Primeiro Armando Tavares: «A homenagem aos que na dura luta clandestina nada regateavam...», «glória ao nosso Comité Central — 250 anos nas cadeias fascistas, suportando torturas e privações». Depois de uma análise criteriosa da situação nacional e da política do Partido, conclui: «Esperam-nos dias de longo trabalho. O futuro é nosso, inevitavelmente, mas até lá cumpramos a nossa missão de comunistas.»

Segue-se-lhe a jovem Luísa Pereira, do Movimento da Juventude Portuguesa. Um vibrante apelo à juventude «que o fascismo sempre teve como um dos seus principais inimigos». O fascismo «sabia que eram os jovens que mais sentiam e sentem ainda os problemas da guerra colonial...» «Camaradas, alguém perguntou a esses jovens se queriam ir para a guerra lutar contra os nossos irmãos da Guiné, Moçambique e Angola?»

«NÃO!» responde em uníssono a assistência.

Augusto Simões Jor, médico local, que faz uma lúcida síntese da política do P é o orador seguinte.

Segue-se no uso da palavra o camarada Euclides Pereira, que aborda questões actuais das lutas operárias: as reivindicações, a greve, a organização.

Depois, José Henriques Pinto, operário da Lever, que recorda a heróica greve dos oleiros da loiça, em 1937, e os movimentos grevistas da região que antecederam o 25 de Abril.

Em seguida **Francisco Miguel Duarte**, membro do CC do PCP, prisioneiro do fascismo, durante mais de 21 anos, deportado para o Tarrafal, num improviso, saúda os trabalhadores de Sacavém e as suas tradições de luta, efusiva e carinhosamente saudado pelos participantes do comício.

Entra então no recinto **Octávio Pato**, membro do C C do PCP, no meio das ovações gerais. **Octávio Pato** endereça aos trabalhadores de Sacavém uma saudação de Álvaro Cunhal, impossibilitado de comparecer, lendo em seguida o discurso que o secretário-geral do P. escrevera para o comício que publicamos adiante, na integra. Ao CC são oferecidos dois belos pratos dos operários da Fábrica da Loiça os símbolos do Partido. Ao mesmo tempo os organizadores do comício oferecem placas de prata a dois destacados militantes comunistas de Sacavém: Óscar dos Reis e Francisco Pinto.

No final, canta-se a «Portuguesa» e a «Internacional» com o acompanhamento da fanfarra e assim termina este memorável comício de Sacavém.

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Queridos camaradas:

O nome Sacavém tem um particular significado no movimento operário português e na história do Partido Comunista.

Nos negros anos da ditadura fascista, Sacavém distinguiu-se pela organização e tenacidade da classe na luta pelos seus interesses vitais e pelo apoio dos trabalhadores ao Partido Comunista.

É pois para mim uma subida honra transmitir à classe operária e ao povo de Sacavém as calorosas e fraternais saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Camaradas:

Temos dito que nas condições políticas actuais as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores devem ser realistas, não subir a níveis incomportáveis para as empresas e para a economia nacional.

Temos dito que na conjuntura política actual os trabalhadores só em último caso devem recorrer à greve, particularmente em centros vitais da actividade económica, pois tais greves não só atingem a vida económica, em cuja estabilidade estão interessados os trabalhadores, como são susceptíveis de criar graves conflitos políticos, ameaçando o próprio processo de democratização.

Pela sua parte, a classe operária, particularmente em sectores com mais tradições e experiência da luta e organização mais forte e estruturada, tem mostrado compreender a situação com elevada consciência cívica e política, tem aceitado sacrifícios para não perturbar o curso político democrático, tem prescindido em muitos casos de recorrer à greve, mesmo quando teria sido completamente justificado fazê-lo em defesa dos seus interesses.

Quer dizer: a classe operária tem dado uma contribuição para a solução dos complexos problemas políticos do momento actual, para facilitar o curso político após 25 de Abril, e tem dado essa contribuição com sacrifício próprio.

Ora bem. O mesmo não tem feito o patronato e esta situação tem de acabar.

Não só há que pedir como também exigir do patronato que nada faça que possa criar dificuldades à economia nacional, ao contrário do que actualmente está a acontecer. Não aceitamos que sejam os trabalhadores a pagar todo o preço da estabilidade económica e financeira necessária para assegurar a democratização.

Se se entende e bem que é necessário tudo fazer para impedir uma deterioração da situação económica e uma crise económica, então não há que exigir sacrifícios apenas aos trabalhadores, há que exigi-los também, e com mais razão, ao grande patronato reaccionário.

Há que exigir das grandes companhias e de todo o patronato em situação económica e financeiramente desafogada que satisfaçam as justas reivindicações dos trabalhadores, sem logo exigirem escandalosamente como condição (tal como agora fazem) a autorização do Governo para aumentar os preços, as tarifas ou exigirem outras facilidades e assim terem antecipadamente garantias de que não mexem num tostão dos próprios lucros.

Os bancos e as grandes companhias têm grandes recursos financeiros. É necessário que, para satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores, tirem uns tostões aos seus próprios cofres. É urgente exigir dos bancos que concedam créditos às pequenas empresas. É urgente exigir que as grandes companhias se acomodem a ganhar lucros a níveis inferiores aos do tempo do fascismo, embora fiquem ainda muito altos e injustos. É também urgente alterar a orientação fiscal, fazendo pagar mais aos que mais têm.

Em resumo: para continuar a exigir compreensão e sacrifícios aos trabalhadores, a fim de evitar uma perigosa crise económica e política, é também indispensável exigir semelhante compreensão e certos sacrifícios aos grandes senhores da banca e da indústria.

A aplicação dos conflitos de trabalho da lei do funil, com a parte estreita para os operários e a larga para os patrões, não serve e é tempo que termine.

Há quem comece a pensar que para refrear a luta dos trabalhadores pelas suas justas reivindicações se pode voltar à utilização sistemática da repressão.

É bom que reflictam os que assim pensam. Se podemos concordar em que, em casos que afectam centros essenciais da vida económica e do abastecimento da população, é necessário tomar medidas rápidas para assegurar a laboração nos serviços atingidos — e isto sem repressão —, não concordamos e firmemente nos oporemos a uma política de repressão contra as lutas operárias.

Além do mais, uma política de repressão poria irremediavelmente em jogo o sistema da unidade das forças democráticas e da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas e comprometeria a curto prazo todo o processo da democratização em curso.

Esboçam-se tendências para fazer das leis relativas às liberdades dos cidadãos não a institucionalização das próprias liberdades, como seria normal, mas regulamentação de carácter repressivo que directamente poderia ameaçar as próprias liberdades.

Pela sua parte, o Partido Comunista Português continuará batalhando para que sejam de facto instituídas as liberdades fundamentais sem mecanismos de repressão que afectem o seu real exercício.

Para conduzir esta batalha a bom termo é necessário que as forças democráticas e as massas populares façam ouvir a sua voz.

Na situação presente é, mais que nunca, necessário o reforço da organização dos trabalhadores e das forças democráticas.

É mais do que nunca essencial a unidade da classe operária, a estreita cooperação das forças democráticas, a aliança do movimento popular de massas com as Forças Armadas, que fizeram o 25 de Abril e cuja acção libertadora não pode nem deve ser comprometida.

Apesar do desenvolvimento irregular do processo revolucionário, o caminho percorrido desde o 25 de Abril excede as melhores expectativas que então todos poderíamos ter.

Dois meses depois da sublevação militar vitoriosa, vivemos em liberdade e, embora vencendo cada dia obstáculos diversos, vamos consolidando o regime democrático provisório.

Temos sólidas razões para confiar em que serão realizadas eleições livres para a Assembleia Constituinte, através das quais o povo português escolha o regime social e político que entender.

Viva a unidade da classe operária!

Viva a unidade das forças democráticas!

Viva a aliança das massas populares com as Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português!

Em Setúbal, tal como em Braga, Grândola, Montemor e outras localidades, milhares de pessoas manifestaram a sua vontade de seguir avante no caminho da paz e da democracia

UNIDADE DOS ARTISTAS PLÁSTICOS PORTUGUESES EM MEMÓRIA DE DIAS COELHO

A homenagem comovente a Dias Coelho, já noticiada na Imprensa e na Rádio, proporcionou ao «Avante!» a recolha de depoimentos e opiniões acerca desse heróico militante comunista assassinado pela PIDE.

Se José Dias Coelho vivesse, e ele vive entre nós, lutaria pela unidade dos artistas plásticos portugueses e pela sua intervenção com os outros intelectuais do nosso País, numa grande batalha política, pela unidade de todas as forças progressistas, essencial à nossa vitória. Nós aqui, camaradas de José Dias Coelho, que assistimos hoje a este convívio de artistas plásticos portugueses em volta do exemplo da sua vida de militante, temos de assentar num compromisso unitário equivalente ao que José Dias Coelho defenderia, pela arte nas ruas, apoiando os grandes objectivos, no reforço da unidade, caminho para a vitória — esta declaração ao «Avante!» de um artista plástico marca bem o espírito que os intelectuais e os artistas plásticos antifascistas quiseram dar à homenagem a José dias Coelho.

Na Rua da Creche, onde José Dias Coelho foi assassinado pela PIDE, o povo reuniu-se para ouvir o artista plástico Rodrigo de Freitas, os camaradas Pedro Soares e Margarida Tengarrinha, ambos do CC do PCP, esta companheira de José Dias Coelho até à madrugada da sua morte.

Na rua que o «Avante!» escolheu para fazer a sua reportagem, ouvimos um operário de Alcântara, que a partir de José Dias Coelho — *Um homem simples e anti-herói* segundo Júlio Pomar, *um amigo que nos abria caminhos*, para Sá Nogueira — criticou, com simplicidade, os artistas plásticos: *Não existirão paredes onde os artistas plásticos gritem para o povo o seu inconformismo, o seu antifascismo, como gritaram no Chile, na União Soviética, no México e em Cuba?*

Estas interrogações de um militante operário, na Rua da Creche, enquanto a lápida de José Dias Coelho foi descerrada, obteve eco profundo nas afirmções que muitos artistas plásticos portugueses contactados na Sociedade Nacional de Belas-Artes exprimiram:

Os artistas plásticos portugueses têm uma luta a desenvolver no nosso País. Temos de perder os nossos complexos de «intelectuais» que nos inibem de desenvolver uma acção política, com medo de não fazermos obras-primas.

Multipliquemos os painéis nos comícios do partido e unitários, os murais nas cidades, nas cooperativas, nas associações. Há toda uma obra colectiva a fazer — diz-nos um pintor antifascista muito conhecido.

Falámos com muitos que querem dar os seus desenhos para o «Avante!». Vão mandá-los e cá os esperamos.

Não esquecer os crimes

Margarida Tengarrinha, de mãos dadas com os outros amigos na Sociedade de Belas-Artes, de lágrimas nos olhos e sorrindo aos camaradas na Rua da Creche, é, por momentos, apenas a companheira de clandestinidade, memória dos momentos vividos com Dias Coelho:

No plano pessoal eu tinha dois sonhos, para quando conseguíssemos derrubar o fascismo: era que pudesse ser conhecida a verdadeira dimensão do Zé como homem comunista e que os assassinos fossem castigados.

Penso que neste momento não podemos esquecer os crimes do fascismo. Não esquecendo, fazendo justiça, ajudaremos o povo a compreender o verdadeiro significado do fascismo em Portugal, ajudaremos o povo a lutar para que o fascismo não volte mais à nossa terra!

Sessão nas Belas-Artes

Às 21 e 30 realizou-se, na Sociedade Nacional de Belas-Artes uma sessão de homenagem a José Dias Coelho, que contou com a participação de um largo auditório de intelectuais, artistas plásticos, mulheres e jovens.

Usaram da palavra o escritor José Cardoso Pires, que evocou a figura de Dias Coelho, o seu exemplo de artista e de combatente, o advogado Manuel João da Palma Carlos, que em torno do assassinato de Dias Coelho teceu considerações de ordem jurídica e desmascarou outros crimes do fascismo.

Dois representantes da delegação dos antifascistas italianos, que participaram na mesa da presidência, Sérgio Segre, responsável das relações exteriores do PCI e Michele Achili, vice-presidente do grupo parlamentar socialista quiseram associar-se à homenagem, evocando diante da assistência, o nobilitante exemplo do artista assassinado e testemunhando ao mesmo tempo a sua satisfação pela vitória alcançada na madrugada do 25 de Abril pelo Movimento das Forças Armadas e pelas forças democráticas e populares de Portugal.

O arquitecto Sena da Silva, amigo pessoal de José Dias Coelho traçou um quadro breve da personalidade do artista. O poeta Armindo Rodrigues leu uma poesia da sua autoria, «Elegia a José Dias Coelho», escrita poucos dias após a sua morte.

Falou, em seguida, José Tengarrinha, que destacou, na singular figura do combatente assassinado, a sua hostilidade às posições sectárias, o seu profundo sentido das verdadeiras relações humanas e da tolerância, sem transigência de princípios.

Margarida Tengarrinha traçou o perfil moral, político e artístico de José Dias Coelho, com a emoção e o conhecimento profundo de quem partilhou com ele a dura e difícil existência da clandestinidade.

Falou, por último, o camarada Pedro Soares que, para além das considerações em torno da vida e da actividade revolucionária de Dias Coelho salientou, igualmente, o grande contributo dos intelectuais e artistas plásticos à luta contra o fascismo. «Foi uma obra honrosa num período de graves dificuldades — disse Pedro Soares. — E foi tanto mais nobilitante essa obra quanto ela se não limitou ao poder de criação, mas se transformou em arma de acção. Acção do escritor, do artista. Acção do leitor, do espectador de obras de arte.

«Sim, porque esses dois factores entram na vida intelectual portuguesa. São parte integrante da existência dos nossos escritores e artistas.»

O PRIMEIRO E ÚLTIMO ENCONTRO COM JOSÉ DIAS COELHO

— depoimento de Maria das Dores Cabrita

Foi numa bancada de desenho, sentados frente a frente, pintando um capitel egípcio, cumprindo com humor as determinações do anacrónico ensino da velha Escola de Belas-Artes de Lisboa. Os seus olhos sorridentes desenhavam-se sob espessas sobrancelhas voluntariosas. Uma madeixa de cabelos negros caía-lhe desordenadamente para a testa. À margem do trabalho falou-se em idades, em datas de aniversário. Mencionei por acaso o dia dos meus anos. Os seus olhos levantaram-se do desenho e pousaram em mim num breve instante interrogativo. Esta foi a primeira imagem que retive dele, numa aula de quase uma centena de colegas. Onde era difícil confraternizar, fazer amigos, perante o terror fascista que imperava então em todos os sectores da Escola. Decorriam os anos 40. Os penosos anos da guerra, pesados anos de incerteza para a nossa juventude insatisfeita, irrequieta, inconformista. Os meses passaram, mergulhados na inquietação que aqueles tempos envolviam.

No dia 19 de Junho, ao entrar na Escola, ele foi ao meu encontro, saudou-me discretamente, depondo-me nas mãos uma rosa vermelha. Antes de comovida, fiquei perplexa. Como era possível ele ter adivinhado o significado que aquele dia para mim podia ter! Foi o momento de eu me interrogar sobre o seu rosto aberto num largo e acolhedor sorriso, no qual me confessava que havíamos ambos nascido no mesmo dia! Ele não esquecera a conversa distante e aquela rosa vermelha foi uma oferta, um símbolo, foi o meu primeiro encontro com José Dias Coelho. Um longo abraço de ternura selou uma amizade até aí desconhecida e que ficaria a durar para sempre.

Víriamos a estar juntos nas grandes manifestações assinalando o fim da guerra de 1945 e nas primeiras lutas de unidade democrática. Víriamos a compartilhar momentos de derrota e de vitória, de treva e de luz na nossa caminhada de luta. E foi sempre o camarada bom, terno e viril, amável e sensível. Impiedoso para consigo e tolerante para com os amigos. Apaixonado e generoso, pensando mais nos outros do que nele próprio. Abraçando o mundo com a sua crença, dando-se ao povo com a sua arte. Lutando no anonimato, abdicando do seu nome de artista, entregou-se à dura luta que a defesa dos seus princípios ideológicos exigiam, coragem que muitos outros não tiveram, nem eu própria.

Volvidos largos anos a sua voz chegou-me ao toque dum telefone. A sua voz espessa e inconfundível fez-me estremecer de emoção. Passados momentos abraçávamo-nos chorando com a alegria da surpresa. Seguiu-se uma conversa que se desenrolou no tempo duma noite, pequena para tanto que havia a dizer. E a recordar. Como aquele inesperado encontro na Praça da Sorbonne, em Paris, em que nem sequer nos falámos, porque não houve senão o cuidado de o prevenir do perigo de que alguém o reconhecesse e o traísse. E falou-se de novo da arte com o mesmo entusiasmo de outrora; dos camaradas que a seu lado prosseguiam na luta; da família, dos filhos, dos amigos que se tinham desviado do nosso caminho e dos novos caminhos que a luta exigia.

A conversa duma noite, o tempo do último encontro com José Dias Coelho. Um mês depois o seu nome saía do desconhecido num corpo sem vida. Perdida pelas balas traiçoeiras dos assassinos do povo. Rosas vermelhas devolvi sobre o seu corpo. Comigo ficou a revolta da cruel violência que me fizera perder um amigo, um camarada, um irmão, morto naquela noite escura do fascismo do dia 19 de Dezembro de 1961.

ALFREDO DINIZ (ALEX) HERÓI DA CLASSE OPERÁRIA

«Quatro de Julho de 1945; a manhã preludiava um quente dia de Verão e tu, Alex, descias, soltos os pedais, decerto as mãos no travão da tua bicicleta, a estrada de curvas suaves que te conduziria à casa onde virias reunir connosco.

«Eram cerca de 9 horas e tu não sabias, Alex, que às 4 da madrugada, num esforço desesperado para decifrar papéis de um camarada que nas salas de tortura da PIDE defendia e defendeu valentemente o Partido — o nosso Partido — os teus assassinos tinham conseguido o dado que lhes faltava para levarem a cabo o seu monstruoso crime.»

Era isto que te diria, Alex, se pudesses ainda ouvir-me.

Mas não nos ouviria jamais este filho heróico do proletariado português.

Apenas com 28 anos, pois nasceu em 29 de Março de 1917, Alfredo Dinis foi assassinado em 4 de Julho de 1945 na Estrada de Bucelas pelo famigerado agente da PIDE, José Gonçalves, agora encarcerado em Caxias.

Dessa brigada faziam parte os agentes Mário Constâncio e António Baptista da Silva.

Operário e filho de operários, Alex destacou-se desde muito jovem na defesa dos interesses dos seus companheiros de trabalho, estando sempre à cabeça das lutas reivindicativas.

Por isso, os trabalhadores, os seus companheiros de trabalho, devotavam-lhe uma grande afeição.

Nos anos de 1937-1939, Alfredo Dinis desenvolve uma intensa actividade na Federação das Juventudes Comunistas, no SOCORRO VERMELHO INTERNACIONAL e no PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. Ao mesmo tempo, A. *Dinis* ainda arranjava tempo para frequentar o Curso Industrial nocturno.

Preso em 1938, Alex portou-se valentemente, estando então preso 18 meses.

Continuando a sua actividade revolucionária de novo em liberdade, Alex é obrigado a passar à clandestinidade, após as greves da classe operária da Região de Lisboa em Outubro/Novembro de 1942.

Na clandestinidade, como dirigente do PCP, A. Dinis desenvolve uma extraordinária actividade no decorrer das greves de Lisboa e Baixo Ribatejo em Julho/Agosto de 1943 e Maio de 1944.

O inimigo fascista não poupa esforços na perseguição deste valente filho da classe operária e destacado dirigente comunista. No dia 4 de Julho de 1945, no ano da derrota do nazi-fascismo hitleriano, Alfredo Dinis caía para sempre varado pelas balas assassinas dos inimigos da classe operária e do povo português. Faz agora 29 anos, mas hoje como ontem a sua memória, o seu grande exemplo de revolucionário comunista estão para sempre gravados nos nossos corações.

No próximo dia 4 de Julho, o PCP vai render ao seu dirigente querido assassinado a homenagem que lhe é devida.

As 15 horas haverá uma romagem ao seu túmulo no cemitério do Alto de São João. À tarde, às 18 horas, em Cacilhas, onde Alfredo Dinis trabalhou, na Parry & Son e onde encabeçou importantes lutas e greves do proletariado de Lisboa e da Margem Sul, será descerrada uma lápida em sua memória a que se seguirá um comício às 21 horas numa colectividade local.

O «Avante» apela à comparência dos trabalhadores e democratas em todos estes actos de homenagem a um dos heróis e mártires do nosso Partido, lídimo filho da classe operária portuguesa a cuja luta e triunfo dedicou a sua vida exemplar de revolucionário.

GLÓRIA à memória deste heróico militante comunista.

Ampliação de uma gravura de Dias Coelho para a imprensa clandestina do Partido

A ROMAGEM AO TÚMULO DE BENTO CARAÇA

A homenagem à memória do prof. Bento de Jesus Caraça, membro do nosso Partido e figura destacada da nossa intelectualidade foi pretexto para reafirmar os propósitos de unidade das principais forças democráticas hoje interessadas em consolidar e alargar as liberdades conquistadas depois do 25 de Abril.

Sob organização de antigos assistentes do prof. Bento Caraça, através de uma comissão de que faziam parte Augusto Sá da Costa, Alfredo da Costa Miranda e Orlando Morbey Rodrigues, a homenagem levou até ao cemitério dos Prazeres milhares de pessoas. Ali diante do portão principal, falaram o prof. Rodrigues Lapa, o director interino do «Avante!», Maria Barroso, actriz e democrata, esposa do dr. Mário Soares, que não pôde comparecer e o prof. Rui Luís Gomes, reitor da Universidade do Porto.

Da intervenção do director interino do nosso jornal, fundamentalmente virada para as exigências políticas actuais, destacamos a passagem seguinte:

O debilitamento do movimento popular, a divisão das forças democráticas, a quebra da aliança com as Forças Armadas significaria o fim da democracia, a derrota da singular experiência democrática iniciada pelo nosso povo em 25 de Abril.

Nunca, como hoje, foi tão vital e imperioso afastar o que nos divide e valorizar o que nos une. Logo, todo o atentado contra a coesão destas forças seria um autêntico crime lesa-pátria, seria abrir caminho à contra-revolução e ao retorno do fascismo. A mensagem unitária do prof. Bento de Jesus Caraça projecta-se, pois, nos nossos dias com plena actualidade.

Depois das intervenções dos oradores e de o orfeão dirigido pelo maestro Lopes Graça ter cantado uma canção das suas heróicas — «Acordai!» — e a «Portuguesa», entoada por todos os presentes, seguiu-se a romagem ao túmulo de Bento Caraça, significativa na sua simplicidade.

Grande vitória dos trabalhadores agrícolas do concelho de Beja

Assinada a primeira convenção de trabalho

A luta persistente que tem vindo a ser travada pelos trabalhadores agrícolas do concelho de Beja, desde os princípios de Junho, culminou com a assinatura, no passado dia 19, de uma Convenção de Trabalho que aprova as reivindicações mínimas apresentadas pelo Sindicato.

Como destaca o Secretariado da Comissão Distrital Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, num comunicado divulgado imediatamente após a assinatura da Convenção, «trata-se, como é evidente, de uma grande vitória dos trabalhadores agrícolas do concelho, que, pela primeira vez, vêem aprovada uma Convenção de Trabalho, ou seja, um documento em que as jornas e condições de trabalho ficam estabelecidas», com o seu acordo e por um dado período de tempo.

O mesmo comunicado destaca as razões que conduzem à conclusão com êxito das negociações que tiveram lugar, escrevendo: «a nossa vitoria nunca teria sido possível se a nossa classe não tivesse aparecido unida e organizada perante os agrários, se não tivesse aparecido firmemente disposta a lutar pelas justas reivindicações dos trabalhadores. É esta a lição que todos os trabalhadores agrícolas do nosso martirizado distrito devem retirar desta vitória no concelho de Beja, para que cada dia que passe se reforce a unidade e a organização sindical da nossa classe. Agora — diz ainda o comunicado —, é a vez dos trabalhadores agrícolas dos outros concelhos do nosso distrito apresentarem as suas reivindicações e iniciarem negociações com os agrários.»

Nas negociações que precedem a assinatura da Convenção tomam parte as Comissões Pró-Sindicato de Baleizão, Neves, Quintos, Santa Vitória, Cabeça Gorda, Mombeja, Beringel e Penedo Gordo e trabalhadores do concelho de Beja; representantes dos empresários agrícolas do concelho; um delegado do Ministério do Trabalho e o delegado do I.N.T.P., em Beja. À última fase das negociações assistem também o director-geral dos Serviços Agrícolas e um representante do Movimento das Forças Armadas.

Reivindicações mínimas conquistadas pelos trabalhadores

Após as negociações ficam assentes as seguintes condições, a vigorar em toda a época das colheitas cerealíferas, ou seja, para o período dos próximos 90 dias: horário de 8 horas; salários de 190$00 para os tractoristas; salários de 160$00 para os trabalhadores homens; salários de 120$00 para as mulheres; semana de 44 horas, com pagamento a 50 por cento mais, das 4 horas de sábado à tarde e outras extraordinárias e trabalho aos domingos e feriados a dobrar; trabalho assegurado para todos os homens e todas as mulheres cabeças de casal; garantia às restantes mulheres de trabalho correspondente a metade do período de trabalho que vai deste à data em que entra em vigor a Convenção até à publicação das conclusões a emitir pela comissão paritária dos trabalhadores, a qual deverá obter a resolução do assunto até 30 de Setembro próximo, data a partir da qual as partes em convenção entregam a questão aos departamentos governamentais representados na comissão paritária; fica ressalvado que o acordo só é válido para homens e mulheres residentes na área de cada freguesia à data do acordo e que habitualmente se dediquem aos trabalhos agrícolas; o acordo vigora durante 90 dias a contar de 20 de Junho.

Ficou ainda assente o começo imediato das colheitas e foi também decidido solicitar ao Governo Provisório a constituição urgente de uma comissão paritária de trabalhadores (3 elementos) e empresários agrícolas (3 elementos) com representação oficial das Secretarias de Estado do Trabalho e da Agricultura, a fim de velar pelo cumprimento da convenção e considerar os problemas do desemprego regional, tomando medidas para a sua resolução ao nível do concelho.

Unidade — Organização — Firmeza

Os trabalhadores agrícolas do concelho de Beja conseguem quebrar a resistência oposta pelos agrários à satisfação de algumas das suas reivindicações, agindo solidamente unidos e organizados, adoptando atitudes firmes como a ameaça de não retomarem o trabalho enquanto as suas reivindicações não fossem atendidas.

Com efeito, após a reunião de negociações, realizada no dia 16, entre delegados das Comissões Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e os agrários do concelho, o Secretariado da Comissão Distrital Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja face à contraproposta daqueles, divulga um comunicado em que apela a todos os trabalhadores, incluindo tractoristas, a não retomarem o trabalho no caso de as suas reivindicações não serem satisfeitas. Ao mesmo tempo, alerta-os contra manejos de provocadores e falsos «amigos» que procuram intrometer-se na sua luta, aconselhando-os a confiarem apenas nos documentos assinados pelas Comissões Pró-Sindicato.

Para a importante vitória dos trabalhadores agrícolas do concelho de Beja, em muito contribuiu a intensa actividade por eles desenvolvida para a criação do seu Sindicato.

A 2 de Junho, trabalhadores agrícolas de diversos concelhos do distrito de Beja reúnem-se e discutem a organização do Sindicato dos Trabalhaores Agrícolas do Distrito de Beja. Nessa reunião decidem: realizar em cada terra reuniões de trabalhadores para constituir Comissões Pró-Sindicato; constituir uma Comissão Distrital Pró-Sindicato, composta por dois trabalhadores ou trabalhadoras representantes da Comissão Pró-Sindicato da sua terra; e realizar novas reuniões da Distrital.

De acordo com tais decisões realizam-se reuniões de trabalhadores em Baleizão, Neves, Quintos, Salvada, Santa Vitória, Cabeça Gorda, Mombeja, Beringel, Penedo Gordo, Boa Vista, São Matias e são constituídas Comissões Pró-Sindicato que começam a funcionar, utilizando as instalações das Casas do Povo. É criada a Comissão Distrital Pró-Sindicato. É criado, igualmente, o Secretariado da Pró-Sindical Distrital, que fica a funcionar provisoriamente na Casa do Povo de Pias e que tem por tarefa dar andamento aos trabalhos no intervalo das reuniões da Pró-Sindical Distrital.

Paralelamente à actividade desenvolvida para a criação do Sindicato dos trabalhadores agrícolas do concelho de Beja começam também a discutir nas suas reuniões as reivindicações que irão servir de base às negociações a encetar com os agrários.

É todo este trabalho organizativo, é todo este esforço mobilizador, que conduz à conclusão, com êxito, das negociações e à assinatura da primeira convenção de trabalho para os assalariados rurais do nosso país, acontecimento que podemos denominar de histórico, tal a importância e o significado que assume.

Este processo, porém, ainda não está encerrado. Do concelho de Beja, a acção desenvolvida para a criação de um Sindicato alarga-se a outros concelhos. Neste momento existem Comissões Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja nos seguintes concelhos: Serpa - Aldeia Nova de S. Bento (em Serpa, Pias, Ficalho, Vale de Vargo, Brinches); Aljustrel (em Messejana, Carregueiro, Corte Vicente Anes, Jungueiros, Montes Velhos, Rio de Moinhos); Moura (em Moura, Amareleja, Póvoa de S. Miguel, Sobral da Adiça e Santo Amador); Barrancos (em Barrancos); Castro Verde (em Castro Verde); Vidigueira (em Vila de Frades e Vidigueira); Cuba; Ourique (em Panóias).

Todas estas terras enviam regularmente os seus representantes às reuniões da Comissão Distrital Pró-Sindicato. Na reunião que se realizou no passado dia 16, por exemplo, estiveram presentes delegados de 28 terras do distrito.

Toda esta acção dos assalariados rurais do distrito de Beja, estamos disso certos, não deixará de influenciar outras regiões do País e da sua luta não deixarão de colher uma riquíssima experiência todos os outros trabalhadores agrícolas.

A Convenção de Trabalho que acaba de ser assinada em Beja é apenas o primeiro passo num caminho que conduzirá, indiscutivelmente, à melhoria das condições de vida e de trabalho do proletariado rural, a quem o processo de democratização da vida nacional, iniciado a 25 de Abril, abre novas perspectivas. Da unidade dos trabalhadores do campo entre si, da sua estreita ligação aos trabalhadores das fábricas e a todos os sectores em luta, da sua contribuição para o reforço da aliança do povo com as Forças Armadas dependerá, em larga medida, o prosseguimento desse processo, dependerão novos e mais importantes passos nesse caminho.

A GREVE DOS C. T. T. E AS SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

A greve dos CTT, a forma como foi preparada e desencadeada e as reivindicações e objectivos políticos enunciados pela parte da Comissão Pró-Sindicato que a impôs e dirigiu permitem desde já sacar algumas conclusões importantes, não só no plano restrito dos trabalhadores dos CTT e das suas reivindicações legítimas como no plano mais geral das suas incidências políticas no contexto da situação actual.

A posição do PCP quanto ao uso da arma da greve é conhecida:

— O direito à greve é um direito inalienável dos trabalhadores;

— A greve, como forma superior de luta, é uma das armas das mais importantes da classe operária, como tal não pode ser encarada com leviandade nem decretada por uma minoria dos trabalhadores em luta;

— Precisamente como forma superior, implica o uso de formas intermédias e o seu esgotamento num prazo que a própria variedade das condições de luta determinam;

Nas condições do regime fascista apeado do Poder em 25 de Abril, o uso da arma da greve pelos trabalhadores, pondo desde logo em movimento o mecanismo da repressão e da legislação antigreve, transformava-se rapidamente numa jornada política de classe contra a opressão fascista. Nas condições actuais, em que está no Poder um regime transitório para a democracia, o uso da arma da greve deve subordinar-se não só à justeza do processo de luta como às exigências políticas imediatas da classe operária.

Os trabalhadores dos C TT, em número de 35 000 (incluindo os de telecomunicações que não aderiram à greve), encontram-se muito dispersos pelo País com algumas concentrações importantes nas centrais distritais, designadamente Lisboa e Porto, circunstância que tornou possível impor uma greve que não tinha o apoio da maioria dos trabalhadores dos CTT, através de uma rede hierarquizada de chefes de serviço que se manteve intacta depois da queda do fascismo e na qual se integram alguns bem conhecidos serventuários do antigo regime e da PIDE-DGS que os utilizava largamente, como se sabe, na vigilância e intercepção da correspondência.

Os trabalhadores dos CTT dos escalões mais baixos ganhavam e (ganham ainda) salários insuficientes e trabalham em condições que podem e devem ser melhoradas. Há reivindicações legítimas que, dentro do condicionalismo actual, num grau de justeza razoável, estão desde já ao alcance dos trabalhadores dos CTT.

A chamada Comissão Pró-Sindicato, da qual fazem parte alguns engenheiros dos CTT e que um certo número de delegados abandonou por discordância da forma como estava a ser orientada a luta, apresentou, como se sabe, reivindicações irrealistas: salários que a partir de um mínimo reivindicado de 6000 escudos e para além dos 7500 escudos (limite do congelamento posto pelo Governo Provisório) iria aumentar os encargos em cerca de um milhão de contos; horário de trabalho de 35 horas (que não existe nos países mais desenvolvidos) à mistura com outras reivindicações aceitáveis puseram imediatamente a tónica nas intenções da Comissão Pró-Sindicato.

A partir deste caderno reivindicativo inaceitável, nos aspectos essenciais, encetaram-se conversações com a administração e, depois, marcou-se o início da greve quando o Governo resolvera, num último esforço de boa vontade, intervir para que fossem reatadas as negociações entre os grevistas e a administração dos CTT.

Viu-se logo que não era bem isto o que estava nos planos da Comissão Pró-Sindicato.

Desencadeada a greve, que não teve a adesão de uma grande parte dos trabalhadores dos CTT e que provocou o descontentamento da população, uma série de actos estranhos da Comissão Pró-Sindicato começaram a verificar-se.

A greve assumiu desde logo um cunho político contra o Governo Provisório, facto que, aliado às reivindicações irrealistas apresentadas, explica a não adesão da maioria dos trabalhadores dos C. T. T. e o descontentamento da população que em alguns casos hostilizou os grevistas e que, a não parar no momento em que parou, iria justificar, pela primeira vez, a intervenção das Forças Armadas mesmo no plano da normalização dos serviços que se propunha.

Durante a greve a Comissão Pró-Sindicato exerceu uma acção quase ditatorial sobre os grevistas que por vezes tentou mascarar com votações «democráticas» em qu os trabalhadores em greve, dentro dos edifícios eram impedidos de contactar com o exterior, de ouvir as opiniões dos outros trabalhadores, principalmente de dialogar com os comunistas que tudo fizeram para os esclarecer. Inclusive procurou manter e manteve todo este movimento fora da importante força organizada dos trabalhadores representados pela Intersindical.

Foi na verdade o anticomunismo da Comissão Pró-Sindicato a característica política principal da sua acção. É significativo que na entrevista dada ao jornalista César Silva, do «Diário Popular», de 19 de Junho, ouvida por quem quis ouvir, elementos da Comissão Pró-Sindicato tenham dito sem ambiguidades que «mais importante que a vitória das reivindicações é subtrair os 35 000 funcionários dos C. T. T. à influência do PCP».

Depois, com a maior arrogância com que impôs a greve à maioria dos trabalhadores dos C.T.T., e falando, mais uma vez, abusivamente em nome dos funcionários, afirmaram que tirarão «os possíveis 35 000 votos do nosso pessoal a esse Partido, quando chegar a altura das eleições».

O PCP, nos 48 anos do fascismo, já está habituado a enfrentar o anticomunismo militante e não se perturba com as afirmações da Comissão Pró-Sindical. Cabe aos trabalhadores dos C.T.T. definirem o comportamento a tomar em relação a essa comissão, decidirem da sua representatividade e averiguarem quem era e quem estava por de trás de alguns elementos dessa «comissão». Convém, entretanto, que saibamos que lhes está deliberadamente ocultado, isto é, que, ao contrário do que a Comissão procurará fazer crer, as negociações com o Governo terminaram; pois, este, pelo que nos foi dado averiguar, já se pronunciou definitivamente, propondo-se aumentar os salários a partir de um mínimo de 3000$00 para 4300$ e, depois, numa escala que decresce de 43,6% para 6,9% até ao escalão dos 5960$. (Que passaria para 6370$) e mais 400$00 para os salários que se seguem até ao nível do congelamento de 7500$00, decretado pelo Governo.

A questão parece pois apresentar-se assim: ou os trabalhadores dos C. T. T. se capacitam de que as negociações com o Governo Provisório terminaram e aceitariam os aumentos razoáveis que este se dispõe a dar-lhes ou embarcariam mais uma vez na barca da derrota que os impediria de beneficiar das apreciáveis melhorias que o Governo se propõe conceder-lhes.

O PCP sabe que o anticomunismo da Comissão Pró-Sindicato não é o sentimento da imensa maioria dos trabalhadores dos C. T. T. Melhor que o anticomunismo da Comissão Pró-Sindicato falam a crescente influência e autoridade do PCP junto da classe operária portuguesa, inclusive dos trabalhadores dos C.T.T., só possível porque confiam no seu partido de classe.

E, certos de que as posições políticas e experiência prática dos comunistas encontrarão a adesão da maioria dos funcionários dos C. T. T., sugerimos a estes trabalhadores a fazer uma análise e uma discussão profunda e verdadeiramente democrática — como só os trabalhadores podem e sabem fazer — de todo o processo de preparação e desencadeamento desta greve, da greve de zelo actualmente em curso, da conduta de classe dos que a dirigiram e dirigem, e afinal, da sua situação actual à luz do que o Governo Provisório se dispõe definitivamente a conceder-lhes, no plano das melhorias, e que os comunicados de 11 e 20 da Comissão Pró-Sindicato deixa em silêncio.

O documento do CC do PCP

Uma bússola para a acção imediata

O documento/saído da reunião de 17 de Junho do CC do PCP encontrou um profundo eco na opinião pública nacional e além fronteiras. Foi recebido com viva satisfação pelos trabalhadores, pelas forças antifascistas que colaboram com o PCP na obra de reconstrução nacional e de reconquista democrática. Os militantes e simpatizantes do Partido acolheram-no com grande entusiasmo e aderiram aos seus objectivos com a noção do seu real valor na solução dos mais ingentes problemas da vida política nacional, na análise da situação presente e no delineamento das perspectivas que se abrem às forças democráticas e populares.

O documento do CC do PCP reafirmou o crédito político do Partido do protelariado, foi um novo motivo de confiança na sua linha de acção, baseada na análise serena e objectiva da realidade nacional, orientada pelos interesses da classe operária e das massas populares, pela defesa dos interesses nacionais, que são os interesses das classes e sectores sociais serem empenhados na construção de um Portugal democrático e pacífico, de um Portugal livre e soberano.

O valor do documento do CC do PCP reside igualmente no facto de que nele se não ignoram as dificuldades que se levantam ao desenvolvimento do processo democrático no nosso País. As forças monopolistas mantêm as suas posições económicas. Beneficiam dos privilégios concedidos pelo fascismo. O aparelho de Estado fascista não foi ainda totalmente desmantelado. As forças reaccionárias e os adeptos do velho regime conspiram contra o novo curso democrático. Caluniam e intrigam. Pretendem dividir as forças democráticas e populares. Abrir brecha entre estas e as Forças Armadas. Criam dificuldades económicas, fomentam um clima de desassossego. Aceleram o processo de ruína das classes médias. Intensificam as manobras de diversão, a campanha anticomunista, as pressões políticas, para romper a actual correlação de forças e criar as condições para a formação de um «governo forte» das forças conservadoras ou ir mesmo mais longe nos seus desígnios.

Mas as manobras das forças reaccionárias defrontam uma realidade política que se reforça em cada dia e é de amplitude nacional.

«O fascismo encontra a barrar-lhe o caminho duas forças fundamentais: as Forças Armadas que fizeram o 25 de Abril e se mantêm fiéis aos objectivos de liquidar o fascismo e de instaurar um regime democrático em Portugal e o grande movimento popular de massas, cujos principais componentes são os Partidos Comunista e Socialista, o Movimento Democrático Unitário, o movimento operário e sindical, os movimentos democráticos da juventude e das mulheres. **Se se mantiver a unidade do movimento popular e a aliança deste com as Forças Armadas, quaisquer tentativas contra-revolucionárias serão derrotadas e esmagadas.»**

O caminho percorrido no curto período de dois meses é uma prova clara da confiança do PCP nas forças que asseguraram o desenvolvimento do processo democrático em Portugal.

Mas os êxitos alcançados, se são motivo de regozijo, não podem levar-nos ao enfraquecimento dos ingentes esforços que é necessário fazer para a concretização das tarefas imediatas que temos de realizar.

Quais são essas tarefas imediatas?

São as tarefas que estão ligadas à consolidação do regime e ao prosseguimento da democratização, isto é, «à institucionalização das liberdades e direitos dos cidadãos, ao funcionamento dos novos órgãos governativos e ao fim da guerra colonial», como esclarece o documento saído da reunião do CC do PCP.

A estas tarefas se juntam as que dizem respeito à continuação do saneamento e desmantelamento das estruturas fascistas, ao «apressamento do processo de negociações, que conduza ao fim da guerra colonial e à solução política do problema, na base do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência».

O melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras, a realização de uma política económica e financeira que assegure a estabilidade e o desenvolvimento económico e as condições de vida às pequenas e médias empresas; o aproveitamento das relações diplomáticas com a URSS e outros países socialistas constituem novas tarefas da presente fase.

O grande capital lançou-se já abertamente numa actividade de sabotagem à economia nacional, procurando estrangular economicamente o processo democrático que se desenvolve no País.

«Mas se o grande capital intervém com armas económicas para impedir a democratização da vida política e sufocar o novo regime — escreve-se no documento do CC —, este só tem uma alternativa: ou capitula ou terá de tomar medidas adequadas para vencer tal resistência.»

O PCP desenvolveu e desenvolve uma intensa luta pela satisfação das reivindicações imediatas das massas trabalhadoras. Orienta estas na complexidade da situação para que as reivindicações apresentadas não sejam irrealistas, para que as formas de luta a aplicar tenham em conta que a greve só deve ser utilizada depois de esgotados outros recursos que a nova situação política do País põe legalmente ao alcance dos trabalhadores.

O documento do CC chama a atenção para as debilidades que se manifestam na actividade sindical, sem ignorar os passos positivos na criação das estruturas federativas.

«Impõe-se, entretanto—afirma o documento—, que o grosso das forças do movimento se concentre nos próprios sindicatos junto das massas trabalhadoras.»

Uma vez mais, o PCP salienta a importância da unidade, para a realização das tarefas que se colocam na presente conjuntura às forças antifascistas portuguesas, salientando a necessidade do seu reforço quer no que se refere à unidade da classe operária e das forças democráticas, quer no que se refere à aliança do movimento popular com as Forças Armadas.

Preconiza a estreita cooperação entre os partidos que participam no actual curso político, reprova os ataques de qualquer partido em relação a outros, condena o apoio declarado às forças antiunitárias, defende que os desacordos entre partidos devem ser imediatamente sanados em contactos e conversações, salienta o importante papel do Movimento Democrático na vida política nacional, do Movimento Sindical, dos movimentos unitários de massas da juventude trabalhadora, dos estudantes e das mulheres.

Assinalando a importância da participação dos católicos na vida política nacional, o documento do CC desaprova as posições públicas que firam as crenças e sentimentos religiosos, por considerar que tais posições são contrárias à unidade.

A participação do PCP no Governo Provisório é posta em relevo no documento do CC, considerando-se como positiva essa participação.

«O PCP participa no Governo Provisório — afirma-se no documento — a fim de dar uma contribuição mais efectiva à obra de liquidação do fascismo, de democratização, de estabelecimento da paz, de preparação de eleições livres.»

A participação do Partido no Governo Provisório não altera a sua política. Antes, a confirma e aplica.

«O PCP tem uma mesma política onde quer que se encontrem os seus membros.»

O documento saído da última reunião do CC precisa, interpreta e divulga essa política na presente conjuntura. Ele é uma bússola que permite orientar os militantes comunistas, as massas trabalhadoras, as forças antifascistas na complexidade da situação actual.

OS ESCRITORES AO LADO DO POVO

Durante os anos da opressão fascista, os escritores portugueses, bem longe de se submeterem, lutaram, na sua esmagadora maioria, pela liberdade de expressão que lhes era recusada e pelo acesso do povo a uma cultura que, devido às barreiras económicas próprias de uma sociedade de classe, lhes era vedada—e ainda lhes é vedada. Por um combate sem tréguas, pelo sacrifícios que suportaram, pela coragem e dignidade de que deram exemplo ao mundo, os escritores portugueses têm o direito de afirmar, tal como o fazem, que «Escrever é lutar».

A manifestação dos escritores ao lado do povo na Feira do Livro ganha assim um significado muito amplo e muito belo. Não podemos nesta hora esquecer os grandes ausentes—os que morreram verticais, já na margem da esperança ou acreditando ainda e sempre na libertação da Humanidade antes que raiasse o clarão heróico de 25 de Abril. Lembramos apenas Soeiro Pereira Gomes, Aquilino Ribeiro, Alves Redol, de entre os muitos que foram caindo pelo caminho.

É certo que algumas sombras empanaram a beleza da jornada. Porém, o documento elaborado, antes do desfile, na sede da Associação Portuguesa de Escritores reduz explicitamente a gravidade inicialmente atribuída ao decreto-lei que, a título provisório, regulamenta a liberdade da Imprensa.

Os escritores exprimem, não obstante, a sua apreensão por algumas disposições desse decreto e particularmente pelos termos do regulamento elaborado pela Junta, que poderiam eventualmente converter-se numa arma contra a liberdade. Posteriormente, as precisões dadas pelo major Vítor Alves, membro do Conselho de Estado e da comissão «ad hoc», de que tais medidas não significam «o cerceamento de uma liberdade alcançada» nem o «regresso ao regime da censura ou exame prévio», há razões paral alguma tranquilização.

Não se disse na feira do livro nem aos escritores ficaria bem apregoá-lo que eles souberam construir, mesmo na noite escura do fascismo, uma literatura de resistência e uma literatura não só solidária com as vítimas da exploração capitalista mas desejosa de ir ao seu encontro. Romancistas como Ferreira de Castro, como Redol, como Soeiro Pereira Gomes e tantos outros, que conquistaram audiência mundial, trouxeram para as páginas do livro de ficção personagens novas, deram voz aos operários, aos camponeses, aos contrabandistas, aos empregados, aos soldados e, até, nos últimos anos, aos emigrantes económicos. Alguns desses escritores foram processados durante o fascismo, viram as suas obras apreendidas (e até queimadas nas colónias portuguesas de África), outros chegaram a experimentar a tortura e o cárcere.

Se para o fascismo todo o cidadão era um inimigo potencial, os intelectuais (com excepção dos raros escritores que se situavam na esfera governamental e que, em geral, pouco valiam mesmo como escritores) representavam o perigo da transmissão do veneno ideológico. Todos eles passaram pelo vexame e pela tristeza da autocensura, viram os seus artigos mutilados ou integralmente cortados e quantos deixados de publicar ou até de escrever o que de mais importante traziam em si.

Ensaístas, novelistas, dramaturgos, poetas, escritores com diversas tendências estéticas e ideológicas acharam-se lado a lado na Feira do Livro durante o comício histórico, em que José Saramago prestou homenagem àqueles trabalhadores das letras já falecidos, que fizeram da sua vida e da sua obra um todo único de resistência ao fascimo.

Foi relembrada a escalada da repressão obscurantista contra as cooperativas livreiras, encerradas pelo regime de Marcelo Caetano, inimigo da cultura popular e do esclarecimento político das massas.

Factos que estão ainda bem vivos na nossa memória.

Importa, doravante, num clima de inteira liberdade de criação, estreitar os laços (que diversos podem ser) entre os escritores democratas (e muito particularmente os escritores comunistas) e as camadas trabalhadoras ansiosas de ler, de saber, de viver plenamente a existência humana que lhes tem sido roubada

CAETANO NO BRASIL: NEGÓCIOS & POLÍTICA

RIO DE JANEIRO (Do nosso correspondente) — A presença no Brasil de Américo Tomás e Marcelo Caetano já deixou de ser assunto para o povo. O primeiro, encarado como uma múmia viva, nunca chegou a despertar interesse, contribuindo apenas para o anedotário político. Caetano, porém, chamou inicialmente a atenção da Imprensa e da opinião pública. Em primeiro lugar pela atmosfera de mistério que soube fabricar.

Viveu no Hilton Hotel de São Paulo como um 007; depois refugiou-se num mosteiro beneditino onde se comportou como comediante de terceira classe. Declarou aos jornalistas que não fizera ainda chamadas telefónicas para a Europa porque «são muito caras para um exilado». E pediu seraficamente aos repórteres que não perturbassem o seu «recolhimento», pois precisava de reflectir em solidão, antes de retomar no Brasil o magistério.

Na realidade, sabia que não tinha condições para leccionar no Brasil. Os jornais murais das Universidades brasileiras exibem desde o dia 26 de Abril uma profusão de textos exaltando o processo revolucionário português e criticando o fascismo e o colonialismo, Salazar, Caetano & Cia Ltda. O cravo tornou-se, também, no Brasil, uma flor nacional. Em qualquer Faculdade de Direito, Caetano seria recebido pelos estudantes com uma gigantesca vaia. Ninguém o ouviria. Conhecedor do ambiente, o exilado «pobre» tratava, no seu retiro monacal, de «negócios». Acabou sendo nomeado director do Instituto Comparado da Universidade Gama Filho. Receberá um ordenado maior do que o de Kissinger: 35 000 cruzeiros mensais, aproximadamente 120 000 escudos. Única condição: não manter contactos de qualquer natureza com os alunos. Desempenhará tarefas administrativas imprecisas, ligadas ao planeamento de cursos e pesquisas. Deverá igualmente sugerir os nomes de professores estrangeiros a serem convidados pela instituição. Espera-se que a fina flor dos juristas europeus da extrema-direita figure na lista que apresentará.

Marcelo Caetano está no lugar certo e tem como colegas homens da sua família espiritual.

A Universidade Gama Filho é a instituição de ensino superior particular mais cara da América Latina.

Em engenharia, um estudante paga anualmente 30 000$; em Medicina, mais de 40 000$

Do corpo docente dessa Universidade para filhos de bilionários fazem parte dois amigos de Marcelo Caetano, odiados pela juventude brasileira: o ex-ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, responsável, durante o Governo do general Médici, pela instauração da censura e pela montagem do mais monstruoso aparelho de terror policial do continente; e o ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, autor do famoso «modelo brasileiro de desenvolvimento» (altas taxas de crescimento, um salário mínimo inferior a 1500$, uma dívida externa da ordem dos 15 biliões de dólares e marginalização de 70 milhões de brasileiros de uma economia de mercado).

Desprezado pelos intelectuais e estudantes, ignorado pelo povo, recebido com fria cortezia pelas próprias autoridades, Marcelo Caetano foi acolhido com entusiasmo pela extrema-direita brasileira e pelos elementos mais reaccionários da colónia portuguesa.

Os ex-deputados Conceição Costa Neves e Cunha Bueno, que se orgulhavam de ser amigos pessoais de Salazar, estiveram no Hilton Hotel apresentando cumprimentos.

O prof. Miguel Reale, ex-reitor da Universidade de São Paulo e ex-militante integralista, *idem*. Alfredo Buzaid, *idem*. Carlos Lacerda, o fascista que derrubou três presidentes constitucionais, apressou-se a enviar um telegrama de boas-vindas.

Mas desse anticomunista fanático pode-se esperar tudo.

Foi ele, paradoxalmente, o editor no Brasil do livro do general António de Spínola.

Marcelo Caetano não dedica todo o tempo aos seus negócios. Faz também política nas horas vagas. De um lado utiliza os serviços de elementos fascistas portugueses infiltrados na Imprensa brasileira. Graças a esses moços de recados, as teses colonialistas continuam sendo defendidas nas colunas de grandes jornais do Rio e de São Paulo. De outro lado, o sucessor de Salazar desenvolve uma actividade política directa. Dias antes da chegada da missão oficial chefiada pelo general Carlos Galvão de Mello, membro da Junta de Salvação Nacional, Caetano visitou o Real Gabinete Português de Leitura, no Rio, sendo recebido pessoalmente pelos directores e por muitos comendadores milionários, velhos admiradores seus. Foi uma autêntica festa de confraternização entre gente nascida para se entender. Para a imagem do novo Portugal empenhado em destruir as estruturas fascistas, essa reunião foi, no entanto, desastrosa. A opinião pública brasileira estranhou, com razão, a passividade da Embaixada de Portugal ante as manobras de Marcelo Caetano. Infelizmente, o saneamento do pessoal diplomático português no Brasil apenas começou. Em São Paulo permanece em funções um vice-cônsul, um tal Ruas, que era, *vox populi*, informador da PIDE. Compareceu a todos os actos comemorativos da visita da missão oficial portuguesa, e, embora nenhum democrata português mantenha com ele relações pessoais, foi convidado para um jantar íntimo oferecido ao sr. general Galvão de Mello, que ignorava tudo sobre o «curriculum» do diplomata-polícia. Caetano, obviamente, alegra-se com essas situações. Em Buenos Aires tem como embaixador um afilhado espiritual: o prof. Luís Pinto Coelho, fascista confesso. Ou, pelo menos, tinha, pois todos os antifascistas portugueses do Brasil esperam que a escória fascista seja a qualquer momento varrida dos postos que ocupa na América Latina

A CRIAÇÃO DA LIGA PARA O INTERCÂMBIO COM OS POVOS SOCIALISTAS

Na Associação Portuguesa de Escritores realizou-se no passado dia 21 uma conferência de Imprensa para apresentação da Liga para o Intercâmbio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas, que acaba de ser criada. No amplo Comité Nacional, que compreende cerca de 100 pessoas, figuram operários, professores universitários, escritores, jornalistas, actores, pintores, cantores, cineastas, economistas, musicólogos e cientistas.

A conferência foi presidida pelo prof. Henrique de Barros, que se referiu aos objectivos da Liga e às condições criadas ao desenvolvimento da sua actividade com o estabelecimento, recente, pelo Governo Provisório, de relações diplomáticas com a URSS e a RDA.

No comunicado distribuído à Imprensa pelos fundadores da Liga, foca-se a situação de completo isolamento imposta ao nosso povo durante cerca de meio século e as consequências nefastas de tal facto. «A partir do fim da guerra mundial, o progresso dos países socialistas determinou um dos mais vastos e complexos reajustamentos da história» — diz o comunicado.

«À medida que o socialismo se expandia, o homem português mergulhava num ruinoso ostracismo, caía no subdesenvolvimento, arrastava-se numa alucinada visão de silêncio e insularidade, paralisava-se no bloqueamento da cooperação social e económica, do intercâmbio cultural e artístico. E agora que se abre aos portugueses o vasto mundo até há pouco interdito, é tempo de o reconhecermos em todas as suas facetas e potencialidades. E a hora chegou também a nós, portugueses, de mostrarmos as nossas reais qualidades de participação activa na criação da cultura e civilização do futuro.»

Na conferência de Imprensa falaram também Alexandre Babo, Fernando Namora, Jacinto Prado Coelho e Alberto Ferreira, que se referiram a pormenores da actividade da Liga e a aspectos das viagens que fizeram a países socialistas. Foi anunciada para breve a vinda a Portugal do Coro do Exército Vermelho e de várias personalidades soviéticas, assim como, a vinda, em Julho, de uma das companhias do Grande Teatro de Moscovo (Bólchoi).

À conferência de Imprensa assistiram, na qualidade de convidados, representantes dos partidos Comunista, Socialista, Popular Democrático e do MDP.

No final, o camarada Joaquim Gomes, que representava o PCP, dirigiu uma saudação à Liga, desejando os maiores êxitos à sua actividade. «O PCP — disse Joaquim Gomes — desde sempre se bateu pelas relações com os países socialistas, muito especialmente com a União Soviética. Sempre considerámos que essas relações, mesmo no tempo do fascismo, eram vantajosas para o Povo Português, e que só o fascismo estava interessado no isolamento a que fomos, durante dezenas de anos, submetidos. Por isso, em nome do PCP e do seu Comité Central, saúdo a criação desta Liga, desejando que a partir de agora as relações com os países socialistas possam ser aquilo que sempre desejámos no passado.»

Importante reunião de trabalhadores agrícolas

Como já referimos noutro local, no passado domingo, após o comício realizado em Montemor, de homenagem à memória de José Adelino dos Santos, assassinado há 16 anos, mais de 200 assalariados agrícolas reuniram-se na Casa do Povo, onde discutiram alguns dos seus problemas mais urgentes e levantaram reivindicações que, no seu entender, devem servir de base para a discussão e negociação de um CCT. A reunião foi presidida pelo camarada António Gervásio, membro do CC do Partido e teve a presença e participação de membros da comissão administrativa da Casa do Povo. De destacar o elevado número de mulheres trabalhadoras que se encontravam presentes. Assistiu, também, a essa reunião um redactor do «Avante!».

Um a um, os trabalhadores que usaram da palavra denunciaram energicamente formas de exploração desumanas, denunciaram, através de casos vivos e concretos, a previdência rural herdada do fascismo e pronunciaram-se acerca das reivindicações que devem servir de ponto de partida para a elaboração de um CCT.

Ponto vivo da discussão foi a denúncia, feita por alguns trabalhadores e unanimemente apoiada pelos restantes, da atitude criminosa de grandes agrários da região que estão a fazer despedimentos em massa ou se recusam a dar início aos trabalhos da época, não faltando mesmo os que, como nos «bons tempos» do fascismo, ameaçam os trabalhadores com a prisão.

Esta atitude — conforme destacaram alguns trabalhadores — visa ojectivos bem definidos, na medida em que estamos num período cheio de trabalhos nos campos — tiragem da cortiça, carvoarias, ceifas, trabalhos hortícolas, apanha do tomate, trabalhos nos arrozais e nos meloais. Sabotar a economia nacional, levantar obstáculos para impedir o processo de democratização, criar um clima de confusão e de caos favorável à reacção, foram alguns desses objectivos apontados pelos trabalhadores.

Antes de encerrarem a reunião, os trabalhadores assentaram nalgumas reivindicações que desejariam ver atendidas num C. C. T. São algumas dessas reivindicações: salários de 170$00 para os homens e de 120$00 para as mulheres; semana de 44 horas; garantia de trabalho e, em caso de desemprego, subsídio equivalente a 70 por cento do salário; para trabalho igual salário igual; férias e subsídios de férias iguais aos trabalhadores da indústria; abonos de família, subsídio por morte, casamento, etc., iguais aos dos trabalhadores da indústria; assistência médica e medicamentosa também igual à dos trabalhadores da indústria; pagamento das horas extraordinárias a 50 por cento e feriados e domingos a 100 por cento; pagamento do salário por inteiro, nos casos de doença, pagando o seguro dois terços e a Caixa um terço; garantia de transporte para os trabalhadores, de casa para o trabalho e vice-versa, para distâncias superiores a 5 quilómetros; garantia de habitação condigna para os trabalhadores que saem para fora das suas terras, dormindo nos locais de trabalho. Ficou igualmente assente que novas reuniões se iriam realizar para debater mais a questão do C. C. T.